

DELIANE DE MORAIS SILVA

**A EXPERIÊNCIA DO PROJOVEM: AS CONDIÇÕES FINANCEIRAS  
PARA A VIABILIDADE DA EJA COM FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Monografia apresentada ao programa de Pós-Graduação *Lato sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás/IFET-GO, como exigência parcial para obtenção do Título de Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, sob a orientação da Prof. Dr. Maria Margarida Machado.

GOIÂNIA  
2009

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar meu filho Pedro, pela paciência em abdicar de seu tempo comigo para que eu conseguisse finalizar esse estudo, mesmo sem entender direito o que estava acontecendo.

À minha mãe, por me ajudar com Pedro, nos momentos em que precisei me ausentar de casa ou ficar sozinha, escrevendo, lendo, estudando, durante todo o período dessa especialização.

À professora Maria Margarida Machado, pelas orientações, sugestões, indicações de material de estudo, que foram imprescindíveis para a construção desse trabalho e aos professores do curso que muito contribuíram para minha formação acadêmica.

Ao MEC/Setec por disponibilizar bolsas de estudo para todos os alunos matriculados na Especialização do PROEJA.

## RESUMO

A experiência do ProJovem: as condições financeiras para a viabilidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA com formação profissional caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa no qual foi empregado o estudo bibliográfico e a análise documental da legislação e de políticas relacionadas ao tema, bem como das discussões a respeito da EJA, Educação Profissional - EP e financiamento da educação. Tem como objetivo compreender a experiência do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, mais especificamente o Projovem Urbano, modalidade oferecida por esse município, no sentido de averiguar as condições financeiras para a viabilidade da EJA com a EP. Foram utilizados três capítulos para a discussão sobre o histórico e financiamento da EJA e EP, apresentação do Proeja – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos o qual esse estudo está vinculado, e do ProJovem com uma breve exposição sobre o financiamento atual de cada programa. Nas considerações finais, após a pesquisa realizada e diversos diálogos com a coordenação do ProJovem Urbano de Goiânia a conclusão provisória a que foi possível chegar é que viabilidade financeira existe para que a formação profissional com EJA a que o Programa se propõe aconteça, no entanto foi detectado que outros fatores tem contribuído para que essa formação proposta se concretize. **Palavras Chave:** Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional, Financiamento na Educação, Proeja, ProJovem.

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: Matrículas da EJA no período de vigência do Fundef - 1997 a 2006.....	22
Quadro 1 - PNE: Metas de maior impacto financeiro .....	24
Tabela 2 - Gastos com Educação de Jovens e Adultos de 2003-2008 .....	29
Quadro 2 - Demonstrativo dos gastos com a EAJA .....	28
Tabela 3 - Recursos destinados ao Programa AJA-Expansão .....	29
Tabela 4 - Recursos financeiros municipais e federais previstos e executados .....	30
Tabela 5 - Repasse do FNDE para o município de Goiânia para o PEJA .....	31
Tabela 6 - O Fundeb no Município de Goiânia .....	32
Tabela 7 - Liberações para o Proep no estado de Goiás.....	35
Quadro 3 - Estimativa de Contribuição para o Fundep – 2008 .....	36
Quadro 4 - Ações Financiáveis do Proeja/Setec - Período de 2006-2008 .....	44
Quadro 5 - Critérios para a aplicação da Assistência Financeira do Projovem Urbano aos Municípios .....	53
Quadro 6 - Quantitativo de alunos do Projovem Original - 2006-2008 .....	57
Quadro 7 - Quantitativo de Alunos do Projovem Urbano - 1ª entrada – 2008 - 2009 .....	61
Quadro 8 - Quadro Indicativo dos cargos oferecidos, qualificação profissional exigida, remuneração Projovem Urbano .....	62
Tabela 8 - Liberação de Recursos/ FNDE - Projovem Urbano de Goiânia - 2008- 2009 .....	66
Tabela 9 - Resumo Geral da previsão de gastos para o exercício de 2008 para as ações do Projovem Urbano de Goiânia .....	67
Tabela 10 - Demais ações previstas para o Projovem Urbano de Goiânia .....	68

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>REFLEXÕES ACERCA DE UMA OFERTA DE EDUCAÇÃO QUE APROXIME AS MODALIDADES DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL .....</b>	<b>9</b>
<b>1. 1. Sobre a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional rumo a uma proposta de formação integrada.....</b>	<b>10</b>
<b>1.2. O Financiamento na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Profissional.....</b>	<b>21</b>
<b>1.2.1. Financiamento na EJA .....</b>	<b>21</b>
<b>1.2.2. Financiamento na Educação Profissional .....</b>	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>FINANCIAMENTO EM PROEJA E PROJovem .....</b>	<b>38</b>
<b>2.1. O Proeja .....</b>	<b>38</b>
<b>2.1.1. O Financiamento no Proeja....</b>	<b>43</b>
<b>2.2. O Projovem .....</b>	<b>46</b>
<b>2.2.1. O Projovem Urbano .....</b>	<b>49</b>
<b>2.2.2. Financiamento no Projovem .....</b>	<b>52</b>
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>A EXPERIÊNCIA DO PROJovem EM GOIÂNIA .....</b>	<b>56</b>
<b>3.1. Histórico – do Projovem Original ao Projovem Urbano .....</b>	<b>56</b>
<b>3.2. Atendimento do Projovem Urbano .....</b>	<b>59</b>
<b>3.3. Financiamento do Projovem em Goiânia .....</b>	<b>63</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>69</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>72</b>

## INTRODUÇÃO

Este estudo focalizou a experiência desenvolvida no âmbito do programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, com ênfase no ProJovem Urbano, que atua com o Ensino Fundamental e formação profissional inicial direcionado a jovens e adultos trabalhadores que vivem nas regiões urbanas. Tal Programa é uma ação integrante da política nacional para a juventude do governo brasileiro, sob a coordenação da Secretaria Nacional da Juventude em parceria com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O trabalho tem por objetivo principal, conhecer e compreender a experiência do ProJovem no município de Goiânia, desde sua implementação como Projovem Original até o ProJovem Urbano, no sentido de analisar as condições financeiras para a viabilidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA com Educação Profissional – EP. Tal Programa representa, atualmente, a principal proposta educacional direcionada à integração dessas modalidades, ofertada pela instância governamental desse município.

A escolha em pesquisar o ProJovem atende também a uma exigência dessa especialização em “Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos”, sendo esta uma ação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e que tem como foco desenvolver pesquisas de EJA integrada à Educação Profissional. Como o assunto tratado é financiamento fez-se necessário apresentar também informações acerca do financiamento em Proeja.

O estudo caracteriza-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa, no qual foi empregada a análise documental da legislação e de políticas relacionadas ao tema, e um estudo bibliográfico das discussões a respeito da EJA, EP e financiamento da educação, além de vários contatos com os responsáveis pelo programa para compreender seu funcionamento.

A pesquisa documental exige consulta a arquivos públicos, a arquivos particulares etc. Foram tomados como referenciais para a pesquisa os documentos oficiais do ProJovem Original e ProJovem Urbano (legislação, projeto, proposta pedagógica), do Proeja (documento base legislação); o Plano de Implementação do Projovem Urbano de Goiânia, a LDB, a Resolução nº 22/2008 do FNDE que estabelece os critérios de transferência dos recursos financeiros do Projovem Urbano, além de documentos oficiais que tratam da EJA, EP e do financiamento da educação brasileira (leis e decretos).

Os principais autores utilizados como referência são estudiosos da área da educação, sobretudo da temática da EJA, EP, e uma educação integrada dessas modalidades, como CIAVATTA (2005), DI PIERRO (2000, 2002), FRIGOTTO (2005a, 2005b, 2008); KUENZER (2006), VENTURA (2002) e alguns estudiosos que discutem o financiamento na Educação, sendo o principal, PINTO (2002).

O processo de pesquisa é relatado em quatro capítulos. O primeiro é composto por duas partes: inicialmente é apresentada uma reflexão sobre a necessidade da oferta que aproxime de forma integrada a EJA e a EP partindo da compreensão do contexto histórico dessas enquanto política educacional; em seguida é feita uma exposição acerca do financiamento na EJA e na EP, fazendo um recorte histórico das políticas públicas educacionais em relação ao financiamento implementadas desde a promulgação da Lei nº 9394/2006, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB até o contexto atual, a nível nacional, estadual e municipal.

No segundo capítulo é feita uma apresentação sobre o financiamento do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, com ênfase no financiamento do Projovem Urbano, programas governamentais direcionados para as modalidades em questão. A apresentação parte da exposição do que é cada um dos programas e finaliza com a explicitação sobre o financiamento.

O terceiro capítulo traz a experiência do Projovem em Goiânia e representa a parte mais difícil deste estudo em virtude dos entraves encontrados na disponibilização de informações, pelas instâncias responsáveis pelo Programa no município, principalmente no que se refere ao financiamento. O capítulo se inicia

com o histórico do Projovem, seguido da apresentação sobre seu atendimento e é encerrado com os dados do financiamento.

E por fim são apresentadas as considerações finais, a qual traz conclusões, indagações e dúvidas sobre a viabilidade da EJA com EP devido às atuais condições financeiras, em razão dos limites de acesso e compreensão dos dados levantados na pesquisa.



## CAPÍTULO I

### **Reflexões acerca de uma oferta de Educação que aproxime as modalidades de Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional**

A reflexão acerca da necessidade de uma oferta de educação que aproxime as modalidades de Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação Profissional - EP no atual contexto brasileiro, no presente texto, parte do pressuposto de que a educação está inserida no campo das políticas sociais.

As políticas sociais são aqui compreendidas, como um meio de controle das crises sociais e estratégia de conquista de hegemonia das classes dominantes através da busca de direção, do consenso e da legitimação da ordem estabelecida, de um lado; e resultado das lutas das classes dominadas por melhores condições de vida por outro lado (Nascimento, 2002). Dessa forma, as políticas educacionais brasileiras, no que tange a EJA e à EP, no contexto atual, são entendidas como parte integrante dessas políticas sociais em constante tensão pelas lutas entre capital e trabalho.

A partir desse entendimento algumas questões se revelam importantes: discutir e compreender a EJA, no que se refere à visão da sociedade e às políticas governamentais, bem como identificar as políticas públicas voltadas para a EP e para o financiamento na EJA e EP. Também reconhecer quem são esses sujeitos – adolescentes, jovens e adultos – que fazem parte da parcela da sociedade que se encontra inserida nesta modalidade da educação básica.

Nesse sentido, serão feitas algumas explanações sobre o contexto histórico atual da EJA, considerando a emergência do sujeito e as bases legais, reflexões acerca da EP no Brasil, um recorte histórico do financiamento na EJA e EP em nosso país, para então, considerar a respeito de uma oferta de educação que contemple, ao mesmo tempo, a Educação Profissional e a Educação de Jovens e

Adultos, de maneira a atender às necessidades (sociais, políticas e econômicas) dos sujeitos que estão direcionados a estas.

Também será apresentado um recorte do financiamento público na EJA e EP do período pós a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB até o atual governo, com apresentação a nível nacional, estadual e municipal, conforme as informações levantadas nos documentos e referências teóricas que discutem o assunto.

### **1. 1. Sobre a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional rumo a uma proposta de formação integrada**

No Brasil, a Educação de Jovens e Adultos é historicamente marcada pela descontinuidade de políticas públicas que em sua maioria foram e são ineficientes frente à demanda (real e potencial) dessa modalidade, em seus diferentes níveis. Tais políticas são reflexões de ações individuais e de grupos isolados em somativa às do estado, uma vez que a responsabilidade sobre a oferta de escolarização dos jovens e adultos em nosso país, sempre foi compartilhada pelos órgãos públicos e por organizações da sociedade civil.

Entretanto, estas políticas, até o presente, ainda não conseguem acompanhar os avanços das políticas públicas educacionais para o ensino fundamental, que vem ampliando a oferta de vagas e universalizando o acesso, o que se vê, ainda que com menor ênfase, também no Ensino Médio. Para que ocorra a alteração desse cenário faz-se necessário para além disso, uma revisão sistemática do financiamento para a EJA e um repensar das políticas, que há muito tem se resumido em projetos e programas, uma vez que essa modalidade faz parte da estrutura da organização da educação nacional, educação básica, tem finalidades e funções específicas e tem assumido desde os anos de 1990 uma identidade bastante heterogênea, fragmentada e complexa, com experiências e modalidades diferentes desenvolvidas por variadas entidades e contando com diversas fontes de financiamento. No âmbito dos poderes públicos as ações governamentais vinculam-se mais prioritariamente ao Ministério da Educação - MEC e ao Ministério do Trabalho, atualmente Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Conforme Haddad e Pierro (2000), outro fator agravante que atualmente marca a EJA em nosso país está diretamente ligado à ampliação do ensino fundamental, que não foi acompanhada pela melhoria do ensino, o que hoje pode ser resumido, na maioria dos casos, em um ensino pobre para os pobres que submete crianças, adolescentes e jovens a experiências escolares de fracasso e repetência escolar, levando-os a abandonar os estudos, o que tem ocasionado o contingente de adolescentes, jovens e adultos na EJA, que apesar de terem passado pelo sistema de ensino, não realizaram aprendizagens significativas e suficientes para utilizar os conhecimentos adquiridos autonomamente fazendo com que posteriormente retornem à escola, o que também acontece devido às exigências e transformações no mundo do trabalho.

Dessa forma, a EJA enquanto educação escolar deve ser pensada de forma a proporcionar situações pedagógicas que satisfaçam as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos e ter como pressuposto uma concepção de educação permanente, em que o aprender aconteça durante toda a vida. Também preparar os educandos para o mundo do trabalho por meio do acesso aos conhecimentos sistematizados, que é função da escola desenvolver em conjunto com todos os seus envolvidos, e da ressignificação das experiências sócio-culturais as quais os adolescentes, os jovens e os adultos que hoje representam a EJA trazem consigo. E também enxergá-la em uma concepção ampliada a qual se estende pelas várias dimensões da vida social, a partir da compreensão de que a educação de adultos, para além da escolarização é

[...] um conjunto diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas e profissionais ou de habilidades socioculturais. (HADDAD e PIERRO, p. 1, 2000)

Para tanto é primordial (re)conhecer quem são esses sujeitos da EJA, uma vez que é somente através desse (re)conhecimento que podem ser traçadas propostas pedagógicas que possam atender às funções da EJA: reparadora,

equalizadora e qualificadora<sup>1</sup>; e avançar no sentido de uma educação para toda a vida, por meio do reconhecimento do direito à aprendizagem para toda população jovem e adulta desse país. A função reparadora significa o direito a uma escola de qualidade e ao reconhecimento da igualdade ontológica que contemple a todos. A função equalizadora prevê a reentrada no sistema educacional dos desfavorecidos frente ao acesso e permanência na escola, e busca restabelecer sua trajetória escolar de forma igualitária. A função qualificadora tem como tarefa propiciar a todos a atualização de conhecimentos por toda a vida, educação permanente, e representa o próprio sentido da EJA.

De acordo com Oliveira (2005), a EJA remete não somente a uma questão etária, mas também a uma questão de especificidade cultural, que delimita um determinado grupo relativamente homogêneo em meio à diversidade cultural dos indivíduos da sociedade contemporânea. São características comuns desses sujeitos a condição de pobreza, a defasagem de idade e o direito negado, já as diferenças centram-se nas questões de gênero, raça, etnia, faixa etária, crenças, orientação sexual, dentre outros. Tudo isso são desafios que a EJA tem vivido constantemente ao longo de sua história.

Outro grande desafio é o crescente número de jovens que devido a fatores diversos, se misturam aos adultos que lá se encontram o que vem tornando a tarefa dos educadores ainda mais difícil, pois de um lado devem pensar em uma educação que atenda estes jovens que trazem em suas vidas experiências de insucesso escolar e que vêm no retorno à escola um caminho para acelerar e recuperar os estudos, e de outro tentam garantir a identidade histórica da EJA, cujo foco, sempre foi a democratização da educação aos adultos que não tiveram oportunidade de escolarização em sua infância e adolescência. Nesse sentido, é papel do Estado reconhecer a existência da juventude e valorizá-la, uma vez que o retorno desses jovens ao processo de escolarização é uma ação solitária, produto do esforço e mobilização individual que acontece, apesar dos limites e dificuldades que lhe são impostos para que consigam ter sucesso em sua trajetória escolar.

---

<sup>1</sup> Para maiores esclarecimentos sobre as funções da EJA consultar BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Parecer nº 11 de 10 de maio de 2000. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

Valorizar esse retorno é fundamental para torná-lo visível, já que representa a chance que, mais uma vez, esse jovem está dando ao sistema educacional brasileiro de considerar a sua existência social, cumprindo o direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros terem acesso à escolarização básica. (ANDRADE, 2004, p.51)

Percebe-se também que nessa busca do “tempo perdido” muitos destes jovens optam por seguir o caminho de uma educação profissional que, normalmente, não vem acompanhada da escolarização, partindo da compreensão de que a EJA no Brasil envolve tanto a alfabetização e a Educação Básica de jovens e adultos, quanto às atividades voltadas para a profissionalização, tendo sua origem e trajetória marcada por duas características: em primeiro lugar, sempre foi uma educação destinada à classe trabalhadora, educação essa inferior à destinada à classe dominante, em segundo, ter-se constituído, historicamente, em paralelo ao sistema regular de ensino. (Ventura, 2002).

Partindo de uma compreensão histórica da EP, constata-se que assim como na EJA, as políticas educacionais governamentais quase sempre estiveram desvinculadas da educação básica e cumpriu outros propósitos, como o hábito para o trabalho, o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos voltados para o mercado de trabalho. Em relação ao Estado, a formação profissional, no âmbito da EJA, teve sua trajetória histórica vinculada à qualificação/formação profissional e sob a responsabilidade das instituições do Sistema S (principalmente o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC), financiadas com recursos públicos. No que diz respeito à escolarização as ações governamentais tiveram como enfoque combater o analfabetismo, realizando grandes campanhas de alfabetização, predominantes no final da década de 1940 a década de 1980, e somente no período da década de 60 a 64 foram desenvolvidas experiências de educação de jovens e adultos centradas na valorização da cultura popular. Todas essas experiências no entanto, tem como características estarem destinadas a adultos analfabetos e/ou com baixa escolaridade, apresentando ações no âmbito da Educação Básica e do treinamento técnico para o trabalho. (Ventura, 2002)

Durante a década de 1990, a educação como um todo e, em especial, a educação profissional, passou da adequação ao modelo fordista à exigência de adequar-se ao referencial de flexibilização e globalização, trazendo como

referenciais de formação profissional os conceitos de competências e empregabilidade. No âmbito governamental destaca-se a experiência do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - Planfor, que conforme Ventura (2002), representa a concepção político-pedagógica hegemônica na EJA nos anos 90, pautada pelo horizonte individualista e da submissão. A estrutura do Planfor esteve vinculada aos ideais empresarias na educação e contrasta com a perspectiva de educação de Paulo Freire a qual tem como eixo a conscientização e a emancipação do sujeito aluno/trabalhador como sujeito social coletivo.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC, a Educação Profissional foi compreendida como ponto de articulação entre escola e o mundo do trabalho. Foi regulamentada pelo Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que definia como atribuições da EP: qualificar, requalificar e reprofissionalizar trabalhadores em geral, independente do nível de escolarização; habilitar jovens e adultos para o exercício de profissões de nível médio e de nível superior; atualizar e aprofundar conhecimentos tecnológicos voltados para o mundo do trabalho. Todas essas atribuições estariam condensadas, nos níveis Básico, Técnico e Tecnológico da Educação Profissional, respectivamente. O Decreto também previa cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização técnica. Em síntese, a reforma da Educação Profissional realizada neste governo teve como foco três medidas: constituição de um nível de formação desvinculado do pré-requisito da escolaridade; separação formal e curricular dos ensinios médio e técnico; concepção de formação profissional em trajetórias flexíveis. “Essas medidas conferiram à EP uma identidade própria, desvinculada do sistema educacional formal, sendo realizada por diversas estratégias que não exclusivamente a via escolarizada” (Souza, Ramos e Deluiz, p. 4, 2007).

Assim, seguindo o percurso histórico, a EP nesse início de século XXI, constitui-se, tanto no ambiente escolar quanto em outros espaços sociais, como sindicatos, movimentos sociais, associações sociais e comunitárias, ONGs, instituições religiosas, empresas e também e iniciativas de Educação Popular, o que se assemelha com a história da EJA.

Segundo Manfredi (2002), as iniciativas de EP no âmbito da sociedade civil apresentam concepções e práticas muito distintas pelo fato de serem constituídas por grupos com ideários político-ideológicos heterogêneos as quais são compostas

por experiências articuladas com a orientação dos grupos hegemônicos e outras comprometidas com a elaboração de propostas alternativas e contra-hegemônicas. Nesse sentido, é preciso ir além da perspectiva oficial para compreender a história que se construiu e ainda está sendo construída em relação à Educação Profissional no Brasil.

Analisando as recentes políticas educacionais no âmbito da EP, Kuenzer (2006) aponta que estas, na gestão do atual governo, é reconhecida como direito, como política pública e como espaço de negociação política. No âmbito do MTE, destaca-se o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, projetado inicialmente para o período de 2003/2007, traz como objetivos principais a inclusão social e redução das desigualdades sociais, crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, e a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. O PNQ é constituído pelos Planos Territoriais, os Projetos Especiais e os Planos Setoriais. As ações de qualificação social e profissional são implementadas de forma descentralizada, por meio de Planos Territoriais de Qualificação (em parceria com estados, municípios e entidades sem fins lucrativos), de Projetos Especiais de Qualificação (em parceria com entidades do movimento social e organizações não-governamentais) e de Planos Setoriais de Qualificação (em parceria com sindicatos, empresas, movimentos sociais, governos municipais e estaduais). Os Planos Territoriais tem como objetivo atender demandas por qualificação identificadas com base na territorialidade; os Projetos Especiais destinam-se ao desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional e os Planos Setoriais buscam o atendimento de demandas emergenciais, estruturantes ou setorializadas de qualificação.

Em 2008, o PNQ passa por uma reformulação com a Resolução nº 575, fazendo com que as ações de qualificação social e profissional de trabalhadores alcançassem maior efetividade uma vez que esta resolução estabeleceu diretrizes e critérios para transferências de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (responsável pelo financiamento das ações do PNQ) aos estados, municípios e entidades sem fins lucrativos, para a execução do Plano Nacional de Qualificação - PNQ. (Brasil, MTE, Resolução nº 575, 2008)

Quanto às ações do MEC, merece destaque o Brasil Profissionalizado criado em 2007 com o objetivo de integrar o conhecimento do Ensino Médio à prática, por

meio da modernização e expansão das redes públicas de ensino médio integradas à educação profissional, contemplando assim uma das metas para educação profissional do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Visa o fortalecimento das redes estaduais de educação profissional e tecnológica por meio do repasse de recurso do Governo Federal para os Estados. Esse recurso deve ser empregado em obras de infra-estrutura, desenvolvimento de gestão, práticas pedagógicas e formação de professores. Tem como meta financeira investir R\$ 900 milhões até 2011 a todos os estados e municípios brasileiros que ofertam educação profissional. O Programa analisa o desenvolvimento da educação básica na rede local de ensino e faz uma projeção dos resultados para a melhoria da aprendizagem.

Outra ação implementada pelo MEC para a educação profissional é o Programa de Expansão da Educação Profissional – Proep, finalizado em 2008. O Programa teve como objetivo a implantação da reforma da educação profissional determinada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Os investimentos do programa destinavam-se à construção, reforma e ampliação das escolas, aquisição de equipamentos para laboratórios, despesas de consultoria, capacitação e serviços de terceiros. Também abrangia aspectos técnico-pedagógicos, como flexibilização curricular, gestão escolar que contemplasse a autonomia, flexibilidade, captação de recursos e parcerias, garantindo a expansão da rede de educação profissional. O Proep é fruto de acordo celebrado entre o Ministério da Educação e o Banco Interamericano – BID, e contou com investimentos de U\$ 312 milhões, sendo que cada instituição responsabilizou-se por 50% do investimento previsto. A meta previa o financiamento de 261 projetos escolares, todos por meio de convênios, e 27 planos estaduais, totalizando 302 convênios firmados com os segmentos federais, estaduais e municipais. Para alcançar os objetivos o Proep contou com dois subprogramas: a implementação de políticas globais – projetos nacionais e os planos estaduais e escolares.

Além dos programas já mencionados, estão em funcionamento o Programa Nacional de Integração Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja, vinculado à Secretaria de Educação Tecnológica – Setec/MEC e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, vinculado à Secretaria Nacional de Juventude - ProJovem, ambos visam o atendimento à EJA e à



Educação Profissional, e são outras ações federais que merecem destaque e que serão aprofundados no próximo capítulo.

A atual reforma do governo Lula, além de criar os programas apresentados, aponta, ao menos no discurso, a necessidade de integração entre educação profissional e educação básica e estão divididas em três linhas: a primeira propõe a reformulação do Planfor; a segunda traz a continuidade do Pronex e Proep, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem e o Programa Nacional de Integração Profissional à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja; e a terceira que engloba as ações do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego. (Kuenzer, 2006) <sup>2</sup>

O que se vê, no entanto, é que mesmo com todos esses projetos, o que acontece na EP assemelha-se ao que acontece também na EJA: a opção por programas e projetos que na verdade mascaram a ausência de políticas públicas. Estes projetos se mostram pouco eficientes socialmente e revestidos de caráter fragmentado (nas ações e nos recursos) e assistencialistas, necessitando dessa forma serem substituídos por uma política de Estado. Como afirma Kuenzer & Grabowski apud Kuenzer (2006, p. 8),

[...] a razão fundamental para que essa política seja de Estado é o reconhecimento do papel estratégico que desempenham a educação e produção do conhecimento científico-tecnológico e sócio-histórico no processo de construção de uma sociedade de novo tipo, fundada na justiça social.

Assim, diante do exposto acerca da EJA e da Educação Profissional, é coerente afirmar a necessidade da criação de uma política pública que contemple a elevação da escolarização da população jovem e adulta e ao mesmo tempo uma formação profissional de qualidade no intuito de integrar esses sujeitos no mundo do trabalho e socialmente, com vistas a condições mais dignas de aprendizagem, fazendo valer o direito à Educação Básica a todo cidadão brasileiro, e acentuando o

---

<sup>2</sup> Para maiores informações a respeito desses projetos, consultar os *sites* do Ministério do Trabalho e Emprego: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br) e do Ministério da Educação: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br).

papel que a Educação Profissional desempenha no processo de formação permanente, ao longo de toda a vida.

Essa educação pretendida tem como princípio a formação integral, que neste caso refere-se à Educação Básica na modalidade de EJA que se torne inseparável da Educação Profissional em todos os campos onde acontece a preparação para o trabalho, uma vez que a produção da existência humana se faz, primeiramente, mediada pelo trabalho (Meszáros, 2005). Como formação humana o que se busca é o direito a uma formação completa que supõe a compreensão das relações sociais relacionada a todos os fenômenos, garantida a todos os adolescentes, jovens e adultos trabalhadores desse país.

Significa “[...] enfocar o trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”. (Gramsci apud Ciavatta, 2005, p. 84)

Um ponto crucial para essa integração está na reformulação dos currículos para a EJA e EP, que deve primar por procedimentos pedagógicos que priorizem o domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos e sócio-históricos, com vistas a uma formação omnilateral. Segundo Ramos (2005), um currículo que se propõe integrado deve ter como eixos o Trabalho, a Ciência e a Tecnologia, que só é possível a partir da superação do conflito existente em torno da função da escola: formar para o trabalho ou para a cidadania. Também necessita ser superada a dicotomia entre conteúdos e competências, estas por sua vez têm seu sentido delimitado pela utilidade que os conhecimentos têm para as atividades práticas.

Nessa perspectiva é papel da escola recuperar a relação entre conhecimento e a prática do trabalho de forma a atender a realidade da EJA. O que se busca é a formação humana que torne acessível os saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos em conjunto com uma formação profissionalizante que permita aos indivíduos compreender-se no mundo e ao mesmo tempo compreendê-lo, para lutar por melhores condições de vida e de uma transformação da sociedade, ou seja, é pensar em uma formação integrada de forma a se prolongar por toda a vida e não que apenas atenda às exigências do mercado de trabalho. Para tanto é necessária uma mudança no interior da organização escolar que vai desde a

formação do professor até sua prática pedagógica, para que as mudanças na concepção curricular de fato aconteçam.

Além das mudanças relacionadas à organização da escola, muitos outros desafios ainda deverão ser enfrentados, um deles está diretamente relacionado à universalização da Educação Básica e à formação profissional, que de acordo com Frigotto (2007, p. 9),

[...] implica resgatar a educação básica (fundamental e média) pública, gratuita, laica e universal na sua concepção unitária e politécnica, ou tecnológica. Portanto uma educação não-dualista, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição de cidadania e democracia efetivas.

Outro desafio diz respeito à conquista de mais espaços de EJA frente às políticas públicas, a partir de lutas que devem ser motivadas pelos diferentes segmentos que acreditam na educação de jovens e adultos, que garanta não só a alfabetização mas também a continuidade da escolarização. Uma pauta importante dessa luta é a conquista do direito à essa escolarização de adolescentes, jovens e adultos, entendido como social e universal, aliada com a compreensão do que representa o financiamento no reconhecimento social e governamental da EJA. Além da desconstrução do imaginário social destes sujeitos, que se culpam pela falta de oportunidades escolares e pela qualificação para o trabalho, sem o reconhecimento da ideologia imposta pelo sistema capitalista que os fazem acreditar que essa culpa remete apenas ao indivíduo e não ao social.

O maior desafio de todos diz respeito ao envolvimento da sociedade civil e política, para criar condições objetivas e subjetivas que possam viabilizar, em termos econômicos e políticos, esse projeto; fundado na mudança das estruturas que promovem as desigualdades, e inserido na batalha histórica e árdua da sociedade brasileira no âmbito social, político, econômico, cultural e educacional. Merece destaque a necessidade das organizações dos trabalhadores e dos movimentos sociais como um todo, se organizarem na luta para a conquista de políticas públicas que visem uma formação do trabalhador para o mundo do trabalho com qualificação profissional e não apenas mão-de-obra para os ditames do mercado.

Reportando às políticas educacionais cabe assinalar que apenas a aprovação do Decreto nº 5.154/04 revogando o Decreto nº 2.208/97 não garante, na prática, a efetivação de uma proposta de formação integrada entre a EJA e a EP, principalmente quando se constata que o Proeja ainda não é uma política de Estado e sim mais um projeto implementado em um determinado governo, o que marcadamente representa a história da educação de jovens e adultos brasileira. Caberia dessa forma ao governo pensar em uma formação integrada enquanto política pública, uma vez que essa oferta é uma necessidade real para essas duas modalidades da Educação Básica e também rever o papel e a função dos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia - IFETs<sup>3</sup> (antigos Cefets) no resgate de um ensino integrado em todos os níveis e modalidades de educação que estas instituições oferecem, além de reordenar a função social do Sistema S, já que recebe financiamento público e na atualidade não cumpre com o que se propôs com sua criação: ofertar cursos de aprendizagem à jovens e adultos trabalhadores que pretendem se inserir no mercado de trabalho.

Diante do exposto considera-se possível vislumbrar uma oferta de educação integrada nas modalidades de EJA e EP de qualidade. Nas palavras de Frigotto (2007, p. 11)

Se efetivamente se garante, em médio prazo, a educação básica dentro da concepção politécnica ou da tecnologia universal, a formação profissional terá uma outra qualidade e significará uma possibilidade de avanço nas forças produtivas e no processo de emancipação da classe trabalhadora. Neste percurso, julgamos importante uma política pública de formação profissional que se vincule às políticas públicas de emprego e renda. Isso por sua vez, implica, [...] que se politize o debate em todas as esferas, mormente econômica, rompendo com a doutrina dos técnicos e gestores neutros. Cabe à classe trabalhadora lutar em suas organizações e movimentos para construir uma nação contra aqueles que historicamente moldaram um capitalismo dependente, associado e subordinado ao capital.

---

<sup>3</sup> A transformação dos Cefets - Centros Federais de Educação Tecnológica em IFETS - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia aconteceu por meio do Decreto 6.095, de 24 de abril de 2007,

## **1.2. O Financiamento na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Profissional**

### **1.2.1. Financiamento na EJA**

Refletir sobre o financiamento na Educação de Jovens e Adultos - EJA parte da compreensão que a garantia de uma educação de qualidade está intimamente ligada ao investimento financeiro e na criação de políticas públicas de educação continuada que contemple as reais necessidades de seus sujeitos, tendo como base o direito à cidadania e a formação para o trabalho, e com destinação orçamentária de recursos. Historicamente a inexistência de uma política nacional de EJA contribuiu e continua contribuindo significativamente para a dispersão de recursos para essa área, aliada a uma distribuição desigual de recursos entre as entidades públicas e privadas, o que tem levado à existência de programas com muito investimento e outros que desenvolvem seus projetos de forma bastante precária.

Segundo Pinto (2002), o financiamento da educação básica, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, não sofreu grandes impactos, mantendo-se regulada pela Constituição Federal - CF, a qual estabelece que o repasse dos recursos constitucionais para manutenção e desenvolvimento do ensino deve sair dos cofres dos três níveis de governo, União, estados e municípios. Situando a EJA no contexto de medidas do governo Fernando Henrique Cardoso - FHC em relação ao financiamento na educação, sem dúvida uma que causou grande impacto foi a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 14 de 12 de setembro de 1996, com a alteração dos incisos I e II do art. 208 da CF, que retira a obrigatoriedade da frequência no Ensino Fundamental para todas as pessoas jovens e adultas, assim como o princípio progressivo da extensão da não obrigatoriedade do Ensino Médio.

Essas alterações acabaram por desobrigar o Estado pela oferta de matrícula a todas as pessoas que não tiveram acesso à escola na idade própria, pois só serão atendidos aqueles que reivindicarem a matrícula. Na tabela abaixo são apresentadas as matrículas da EJA, Ensino Fundamental, no Brasil, durante o período mencionado, época em que estava em vigor o Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef. Constatou-se que houve uma estagnação das matrículas a partir da segunda metade da década de 1990, principalmente em 1997 e 1998, com uma modesta elevação em 1999. A partir de 2000 o crescimento de matrículas na EJA começa a demonstrar sinais de crescimento, permanecendo em 2001 e 2002 em patamares bem próximos, a partir de 2003 a elevação das matrículas continua crescente permanecendo nessa situação até 2006.

**TABELA 1 - Matrículas da EJA no período de vigência do Fundef-1997 a 2006**

Matrículas na EJA Brasil <sup>4</sup>						
Ano	Alfabetização	Ensino Fundamental			Ensino Médio	Total Geral
		1ª a 4ª série	5ª a 8ª série	Subtotal		
1997	144.116	899.072	1.311.253	2.210.325	390.925	2.745.366
1998	147.006	783.591	1.298.119	2.081.710	516.965	2.745.681
1999	161.791	817.081	1.295.133	2.112.214	656.572	2.930.577
2000	169.879	843.370	1.428.644	2.272.114	873.224	3.315.214
2001	153.725	1.151.420	1.485.459	2.636.88	987.376	3.777.989
2002	117.479	1.353.463	1.434.650	2.788.113	874.001	3.779.593
2003	106.806	1.551.018	1.764.869	3.315.887	980.743	4.403.436
2004*	_____	1.553.403	1.866.192	3.419.675	1.157.593	4.577.268
2005*	_____	1.488.574	1.906.976	3.395.550	1.223.859	4.619.409
2006*	_____	1.487.072	2.029.153	3.516.225	1.345.165	4.861.390

Fonte: INEP/Censo Escolar.

\* Nos anos de 2004, 2005 e 2006 não são apresentadas no Censo as matrículas na Alfabetização de Jovens e Adultos.

Di Pierro (2000), após estudos realizados neste período, traz como conclusões que os recursos federais gastos com a educação de jovens e adultos declinam bruscamente, bem como acontece uma desaceleração de suas matrículas no Ensino Fundamental com a criação do Fundef, reflexo da pouca prioridade das políticas educacionais para essa modalidade. A contribuição da União, bem como dos estados e municípios sempre foi modesta e se manteve em patamares irrisórios durante toda a década de 1990, ficando aquém com os gastos públicos se comparados com outras etapas e modalidades de ensino.

<sup>4</sup> Na sinopse estatística do Censo/INEP, a organização da EJA até o ano de 2002 era na forma de Ensino Supletivo.

A autora aponta ainda que a partir de 2000 percebe-se um aumento da despesa federal com EJA, o que também pode ser percebido na tabela 1, principalmente no ano de 2001 quando teve início o Programa Recomeço, que previa apoio financeiro aos estados do Norte e Nordeste, com o intuito de cumprir a função redistributiva da União de minorar as desigualdades regionais. O repasse acontecia por meio de transferências mensais automáticas do governo federal aos Estados e municípios do Norte e Nordeste que apresentavam baixo índice de desenvolvimento humano. As transferências eram realizadas com base em um cálculo que multiplicava um valor fixo, determinado pelo Ministério da Educação, via Decreto, pelo número de alunos registrados no Censo Escolar, referente ao Ensino Fundamental de jovens e adultos na respectiva rede de ensino (estadual ou municipal).

Assim, em 2001, o valor foi de R\$ 230,00 e em 2002, R\$ 250,00. Em 2001 o Programa foi responsável por 2/3 do gasto da União com a EJA. A autora esclarece ainda que a fixação desses valores parecem resultar de “uma arbitrária ‘conta de chegada’ entre a disponibilidade de recursos orçamentários e o cômputo das matrículas do Censo Escolar”, uma vez que não há registro na literatura de nenhum estudo de custo-aluno nesse período.

Outro programa que ganhou especial atenção governamental foi o Programa Alfabetização Solidária que, apesar de não ser tratado pela União como iniciativa governamental, se beneficiou com 27% do gasto federal com EJA (1/5 do orçamento total), captando em 2001 e 2002 cerca de R\$ 100 milhões do orçamento. No entanto, não foram todos os programas de Educação de Jovens e Adultos que se beneficiaram com esse padrão de execução orçamentária. Outros programas voltados para a EJA não receberam investimento suficiente, sem nenhuma justificativa educacional para o declínio dos valores orçados, um exemplo concreto é o Programa Nacional de Reforma Agrária (Pronea) que sofreu cortes no orçamento. (Di Pierro, 2002)

Em contrapartida o apoio financeiro, neste período, da União para os Estados e municípios foi quase que insignificante, não obedecendo a quantidade de recurso orçadas pelo Congresso, o que só foi corrigido em 2002. Constata-se assim que, entre os anos de 1999 a 2002, a política de financiamento governamental federal continuou mantendo a Educação Básica de jovens e adultos em posição

marginal entre as prioridades das políticas públicas de âmbito nacional (Di Pierro, 2002). O que ainda vem acontecendo com a modalidade na atualidade.

A Emenda Constitucional - EC nº 14/96, que altera o artigo 208 da Constituição Federal também cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, que acabou por provocar um desestímulo de investimentos do poder público para a EJA relegando-a a segundo plano pelas políticas públicas, já que as matrículas de seus alunos não foram contabilizadas no cálculo do fundo, graças ao veto de FHC, que após a aprovação no Senado da referida EC excluiu do fundo as matrículas da EJA, antes de sua regulamentação, o que desestimulou o atendimento e a capacidade de financiamento de estados municípios. O Fundef veio confirmar uma política que postulava que os recursos existentes para a educação eram suficientes, o necessário era a melhorar a sua utilização, política essa que priorizava o ensino de crianças em detrimento da Educação de Jovens e Adultos. Assim, caberia ao setor privado complementar a oferta desse ensino, não cumprindo assim com as metas do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001) para a EJA, que caberia ao poder público garantir. Esse não garantia deve-se, principalmente, ao fato de não estar definido nas metas quantitativas do PNE a parcela que caberia a esse cumprir. A seguir será apresentado um quadro com as metas de maior impacto financeiro para a União, que ficaram comprometidas com a implantação do Fundef.

#### **QUADRO 1 - PNE: Metas de maior impacto financeiro**

<b>Educação de Jovens e Adultos (total de 26 metas)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alfabetizar 10 milhões de adultos, em 5 anos, e erradicar o analfabetismo em 10 anos. (meta 1)</li> <li>• Assegurar, em 5 anos, a oferta da EJA equivalente às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental (EF) 50% da população de 15 anos ou mais que não possua. (meta 2)</li> <li>• Assegurar, em 10 anos, o equivalente às quatro séries finais do EF para toda a população de 15 anos ou mais que concluiu a 4ª série. (meta 3)</li> <li>• Dobrar em 5 anos, e quadruplicar, em 10 anos, a capacidade de atendimento da EJA de nível meio. (meta 16)</li> <li>• Implantar em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendem jovens e adolescentes infratores programas de EJA de níveis fundamental e médio, assim como de formação profissionalizante. (meta 17)</li> </ul>

Fonte: Pinto, 2002.



Com o Fundef a EJA passou a concorrer com a Educação Infantil no âmbito municipal e com o Ensino Médio no âmbito estadual pelos recursos públicos não utilizados pelo Fundef. Dessa forma a expansão do financiamento da educação básica de jovens e adultos, condição básica para a expansão da matrícula e melhoria de qualidade, experimentou dificuldades ainda maiores do que até então, já que a cobertura escolar tanto da Educação Infantil como do Ensino Médio é deficitária e a demanda social explícita por eles é muito maior, se comparados a EJA (Haddad, 2007)

Com a política de descentralização/municipalização o governo federal teve que ampliar sua responsabilidade em relação a programas nacionais de alfabetização e os municípios e os estados se responsabilizaram pelo Ensino Fundamental. Assim, mesmo a EJA tendo ficado de fora do Fundef, houve um pequeno crescimento das matrículas e os municípios acabaram se tornando os maiores responsáveis pelo atendimento da demanda nos primeiros anos do ensino fundamental da EJA.

Conforme Haddad (2007), devido às dificuldades de financiamento produzidas pelo Fundef, os municípios acabaram por produzir diferentes meios para financiar a implementação da EJA, como repassar parte dos custos e das responsabilidades para a sociedade civil e mudar a caracterização da EJA, adequando-a aos moldes do ensino regular, desconsiderando os limites de idade para poder ser contemplado com a contagem das matrículas para os recursos do Fundef. Essa municipalização nem sempre vem acompanhada pelos recursos necessários em relação ao financiamento na EJA, pois não há uma fonte específica de recursos municipais e descontinuidade e ausência de um padrão nacional de ofertas.

Em substituição ao Fundef é criado o Fundo Nacional da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, através da EC nº 53 de 19 de dezembro de 2006 e regulamentado por meio da Lei nº 11.494/07 – Lei do Fundeb, que traz como avanço significativo em relação ao Fundef, a abrangência da forma pela qual todas as etapas da Educação Básica passam a contar com um mecanismo de financiamento e a constitucionalização da regra de contribuição da União definindo um patamar mínimo de alocação de recursos federais (10% do valor dos fundos) de modo a trazer efetivamente recursos novos para a Educação Básica.

Em relação a EJA o fundo trouxe como avanço a contabilização de suas matrículas, mesmo assim deve ser visto com ressalvas, pois a modalidade continua em situação incerta, uma vez que lhe são atribuídos valores menores para a distribuição de recursos por matrículas se comparada às outras modalidades: foi atribuído o fator de ponderação 0,7 no primeiro ano de vigência e a partir de 2009 passando para 0,8 para o cálculo custo aluno/ano, enquanto que no Ensino Fundamental o fator é 1 e no Ensino Médio é 1,20. A entrada de matrículas está acontecendo de forma parcelada (iniciou com 33% em 2007, indo para 66% 2008 e neste ano serão computadas 100% das matrículas), desde que não ultrapasse 15% de toda a matrícula do fundo (BRASIL. Lei nº. 11.494, Artigo 11).

No entanto, o Fundeb pode ter um potencial de melhoria frente ao atual padrão de financiamento na EJA, tendo em vista que seus alunos passam a ser contabilizados para efeito de recebimento de recursos. O fundo também traz como avanço a melhoria do controle social na aplicação dos seus recursos em toda a Educação Básica.

Em relação aos programas direcionados aos jovens e adultos, financiados pelo governo federal na atualidade, merece destaque o Brasil Alfabetizado, criado em 2004, em substituição ao Programa Alfabetização Solidária e que tenta romper com o modelo de gestão, parceria e concepção de alfabetização vigente até então e que enfatiza a qualidade e maior aproveitamento dos recursos públicos destinados a EJA, por meio de, dentre outras ações, aumento de 50% dos recursos para a formação dos alfabetizadores.

Com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE em 2007 o Programa passou a ter como objetivo principal a erradicação do analfabetismo. Para atingir esse objetivo, começou a contar com recursos totais de R\$ 315 milhões em 2007 (contra R\$ 207 milhões em 2006). Em 2009, o orçamento previsto para o programa é de R\$ 271,5 milhões.

No estado de Goiás as ações e programas de EJA estão sob a responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação - SEE por meio da Superintendência de Educação à Distância e Continuada – Seduc, a qual trouxe como principais programas e projetos desenvolvidos de 2000 a 2007, segundo informações representantes da Coordenação de Educação à Distância - COED: Programa Escreve Goiás, realizado de maio de 2001 a dezembro de 2002 e teve

como compromisso erradicar o analfabetismo; Projeto Vaga-lume, funcionou em concomitância com o Programa Escreve Goiás; Programa Alfabetização para Todos, Escola da Vida, realizado de 2003 a 2007, vinculado ao Programa Brasil Alfabetizado.

Atualmente estão em funcionamento, sob a supervisão da Seduc: Projeto Educando para a Liberdade em funcionamento desde 2005 em 26 unidades Prisionais do Estado oferecendo o Ensino Fundamental e médio; EJA - Ensino Fundamental e Ensino Médio, funcionando em 350 escolas estaduais e 211 escolas municipais. Em Goiânia, a EJA funciona em 42 escolas no turno noturno. Essa modalidade também é atendida nos Centros de Educação de Jovens e Adultos – CEJAs, compostos por sete unidades em todo o estado, sendo duas em Goiânia; Exames supletivos, realizados duas vezes ao ano por meio de provas específicas para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio.

Os gastos do governo estadual com a EJA no período de 2000 a 2008 são apresentados na tabela 2. A referência utilizada foram as informações obtidas junto ao responsável pela prestação de contas referentes a essa modalidade na SEDUC.

**TABELA 2 - Gastos com Educação de Jovens e Adultos de 2003-2008**  
Valores em reais

ANO/ PROGRAMA	FAZENDO ESCOLA	BRASIL ALAFABETIZADO	EXAMES SULETIVOS	PROEJA	TOTAL
2003	-	-	401.479,12	-	401.479,12
2004	-	988.567,00	597.193,10	-	1.585.760,10
2005	-	654.629,00	531.193,93	-	1.185.822,93
2006	2.340.560,69	227.477,00	600.000,00	150.061,74	3.318.099,43
2007	-	-	648.463,00	-	648.463,00
2008	-	-	500.000,00	-	500.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.340.560,69</b>	<b>1.870.673,00</b>	<b>3.278.329,15</b>	<b>150.061,74</b>	<b>7.639.624,58</b>

Fonte: Seduc/SEE/GO - 2008

Durante o diálogo com os representantes da COED, o Programa Fazendo Escola, que aparece na tabela 2 nos gastos com a EJA, foi apenas mencionado. O Proeja no Estado de Goiás está sob a responsabilidade da Subsecretaria de Ensino Profissionalizante e não na Seduc. Também entram na contabilidade de gastos com

a EJA, a merenda escolar e o pagamento de professores, no entanto os valores referentes a essas ações não foram informados, por isso não constam na tabela.

Reportando ao financiamento da EJA no município de Goiânia, as informações sobre os gastos com essa modalidade, que nesse município é definida como Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos – EAJA, datam de 2000, não sendo especificados os recursos financeiros provenientes da União e do município, conforme o Diagnóstico da EJA para VI Confintea<sup>5</sup>, elaborado pela Divisão de Educação Fundamental de Adolescentes Jovens e Adultos – DEF-AJA da Secretaria Municipal de Goiânia – SME, apresentados no quadro 2.

**QUADRO 2 - Demonstrativo dos gastos com a EAJA**

PERÍODO	DESPESAS REALIZADAS
2000	2.062.969,12
2001	2.597.537,42
2002	3.819.021,79
2003	4.266.502,23
2004	1.492.006,20
2005	1.331.193,31
2006	658.210,90

Fonte: Diagnóstico da EJA para VI Confintea, disponibilizados pelo FMMDE

Por meio de uma análise dos dados apresentados percebe-se um crescimento de mais de 100% de 2000 para 2003, no entanto acontece um decréscimo significativo a partir de 2004. Os gastos apresentados referem-se a todos os programas de EJA ofertados no município de Goiânia, via Rede Municipal de Educação: Programa AJA-Expansão/Brasil Alfabetizado, Experiência Pedagógica de 1ª à 4ª série para a Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos - Projeto AJA, Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos (EAJA) - 1ª a 8ª série. O Programa AJA Expansão, criado em 2001 para atender jovens e adultos não escolarizados/alfabetizados em parceria com a sociedade civil, começou a ser

<sup>5</sup> A sexta edição da Conferência Internacional de Educação de Adultos – VI Confintea, será realizada no Brasil, na cidade de Belém, Pará, em dezembro deste ano. A conferência acontece a cada dez anos e tem como objetivo fazer com que os países participantes discutam e assumam compromissos em relação à garantia do direito da Educação de Adultos. O diagnóstico realizado pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia apresenta a realidade da EJA nesse município e foi utilizado para compor o diagnóstico da EJA do Estado de Goiás e o documento base preparatório à VI Confintea da Secretaria de Alfabetização Continuada e Diversidade do Ministério da Educação.

financiado pelo FNDE em maio de 2004, nos anos anteriores os recursos eram provenientes do Fundo Municipal de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino - FMMDE, no entanto as informações sistematizadas em relação aos recursos federais e do tesouro municipal são dos anos de 2004 a 2006, não constando os recursos federais em 2004, conforme tabela 3.

**TABELA 3 - Recursos destinados ao Programa AJA-Expansão**

Período	Recursos do Tesouro Municipal	Recursos Federais
2004	34.253,92	—
2005	34.462,61	214.524,90
2006	39.424,22	143.586,36

Fonte: Diagnóstico da EJA para VI Confintea, disponibilizados pelo FMMDE

De acordo com o documento a diminuição dos recursos federais em 2006 se deu devido à diminuição do número de turmas do programa, vinculadas ao programa federal Brasil Alfabetizado.

O Projeto AJA<sup>6</sup> “Experiência Pedagógica de 1ª a 4ª série para a Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos” totalizava 152 turmas em 2001, e eram financiadas até este ano com verbas de Tesouro Municipal e complementação do Governo Federal. A partir de 2002, as turmas do Projeto passaram a ser financiadas com verbas do Fundef, como Educação Fundamental e apenas 17 dessas turmas, com demandas específicas de EJA, (acidentados do INSS e Associações de Idosos, dentre outras) continuaram como Projeto AJA, não recebendo portanto, verbas desse fundo. (Goiânia. SME. Diagnóstico da EJA para VI Confintea)

A EAJA de 1ª a 8ª, vem sendo financiada desde sua implementação, com verbas do Fundef e atualmente com verbas do Fundeb. Segundo informações da Acessória de Planejamento e Elaboração Orçamentária de Recursos Financeiros Municipais e Federais do FMMDE, os dados descritivos dos gastos específicos com a EJA só foram sistematizados a partir de 2006, uma vez que não há registros dessa

<sup>6</sup> O projeto AJA , diferentemente do Programa AJA Expansão que tem convênio com o Brasil Alfabetizado, recebe repasse de verbas do Fundeb para a EJA e é organizado da seguinte forma: matrícula trimestral, currículo organizado em módulos, as turmas são organizados em espaços diferenciados, para atender as especificidades dos seus sujeitos, como associação de bairro, repartições públicas, o horário é organizado conforme a necessidade de cada grupo de alunos, com o cumprimento de carga horária diárias de 3 horas diárias e os 180 dias letivos. É um Projeto específico e sta vinculado ao governo municipal.

natureza deixados pelas gestões anteriores. Essa falta de registros apresenta-se como uma limitação para uma reflexão mais aprofundada do financiamento na EJA no município de Goiânia, e ao mesmo tempo não está em consonância com o documento Diagnóstico da EJA para a VI Confinteia, o que é justificado pela DEF-AJA, a qual informou que esses dados constam em seus documentos, repassados pelo FMMDE referentes aos gastos totais com a EJA nas gestões anteriores a 2006. Os dados do ano de 2008 até o momento não foram fechados, estão em processo de sistematização.

Vale ressaltar que não é possível prever o gasto real com a EJA no município de Goiânia, pois algumas de suas ações/programas estão no Ensino Fundamental. Apenas as ações que são possíveis de diferenciar são separadas desse nível de ensino e orçadas como EJA. (ver tabela 4)

**TABELA 4 - Recursos financeiros municipais e federais previstos e executados (Valores em reais)**

Ano	Projeto Atividade	Recursos Previstos		Recursos Executados	
		Tesouro Municipal	Recurso Federal	Tesouro Municipal	Recurso Federal
2006	Manutenção e Desenvolvimento da EJA	195.600,00	211.200,00	29.858,00	143.586,36
2006	Desenvolvimento de Ações Educacionais para o Ensino Fundamental	542.377,00	935.398,00	10.121.080,61	—
2006	Manutenção do Fundef	—	100.595.368,00	—	99.956.617,09
2007	Manutenção e Desenvolvimento da EJA	235.000,00	267.762,17	24.150,00	126.341,00
2007	Desenvolvimento de Ações Educacionais para o Ensino Fundamental	6.317.816,31	2.348.160,00	7.723.521,57	934.332,10
2007	Manutenção do Fundef/Fundeb	—	119.459.640,00	—	113.842.692,74

Fonte: FMMDE - Assessoria de Planejamento e Elaboração orçamentária. 2009.

Observando a tabela é possível constatar que o recurso executado fica bem aquém do recurso previsto, tanto em relação ao tesouro municipal quanto em relação ao recurso federal, situação que se repete em 2006 e 2007, as causas de tal situação não são apresentadas pelo FMMDE.

Em relação ao repasse de recursos federais para a EJA, segundo dados do FNDE, no ano de 2005 a União repassou à prefeitura de Goiânia, dos meses de agosto a dezembro R\$ 17.568,14 para o PEJA – Programa de apoio ao sistema de ensino para atendimento à EJA. Em 2006, foram repassados R\$ 31.338,88 para o mesmo programa (tabela 5).

**TABELA 5 - Repasse do FNDE para o município de Goiânia para o PEJA**

Exercício de 2005			Exercício de 2006		
Data do Pgto	Valor	Parcela	Data do Pgto	Valor	Parcela
03/AGO/2005	1.464,01	1	02/MAI/2006	1.768,02	1
03/AGO/2005	1.464,01	2	02/MAI/2006	2.957,08	2
03/AGO/2005	1.464,01	3	02/MAI/2006	2.957,08	3
29/SET/2005	1.464,01	4	01/JUN/2006	2.957,08	4
29/SET/2005	1.464,01	5	04/JUL/2006	2.957,08	5
29/SET/2005	1.464,01	6	01/OUT/2006	2.957,08	6
28/OUT/2005	1.464,01	7	02/OUT/2006	2.957,08	7
28/OUT/2005	1.464,01	8	10/NOV/2006	2.957,08	8
01/DEZ/2005	1.464,01	9	01/DEZ/2006	2.957,08	9
01/DEZ/2005	1.464,01	10	07/DEZ/2006	2.957,08	10
01/DEZ/2005	1.464,01	11	27/DEZ/2006	2.957,08	
01/DEZ/2005	1.464,03	12	<b>Total</b>	<b>31.338,88</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>17.568,14</b>				

Fonte: FNDE – Liberação de recursos

Cruzando esses dados com os do FMMDE, das tabelas 3 e 4, pode-se concluir: os recursos executados com a EJA, no ano de 2006, concentraram-se no Programa AJA-Expansão; em 2005, os recursos repassados pela União estão contabilizados nos recursos utilizados nos gastos com a EJA, conforme apresentado na tabela 4.

Ao analisar o impacto do Fundeb no município de Goiânia em 2007, é possível constatar que apenas R\$ 128.700,00 dos R\$ 113.842.692,74 (dados da tabela 4) foram gastos especificamente com a EJA, pois a EAJA de 1ª a 8ª série está computada nas matrículas do Ensino Fundamental. Segundo Machado (2007), se todas as matrículas dos jovens e adultos atendidos pelo município estivessem na EJA, a diferença do repasse do Fundeb seria de R\$ 20.795.782,90, o que é um impacto considerado negativo do Fundeb, devido o fator de ponderação aplicável a EJA e à entrada gradual das matrículas. (tabela 6).

Outro impacto negativo apontado por Machado (2007) em relação ao Fundeb para a EJA, é o limite máximo de 15% para apropriação dos recursos em relação ao montante total do Fundeb, pois caso todas as matrículas dos jovens e adultos estivessem na EJA e utilizando os mesmos valores para 2007 em uma projeção para 2009, o município de Goiânia não poderia aplicar todo o recurso previsto pelo total de matrículas em EJA por ultrapassar o limite de 15%. Veja tabela 6.

**TABELA 6 - O Fundeb no Município de Goiânia**

Jovens e Adultos no Ensino Fundamental de 1ª a 8ª série – EAJA					
Jovens e Adultos na matrícula de EJA					
Período	Modalidade	Nº de Alunos	Percentual de matrículas	Valor Anual por aluno	TOTAL
2007	EAJA 1ª a 4ª	6.625	100%	1.179,00	7.810.875,00
	EAJA 1ª a 8ª	14.431	100%	1.297,00	18.717.007,00
	EJA	156	33%	825,00	128.700,00
Total	—	21.212	—	—	26.656.582,00
2007 (Projeção em EJA)	EAJA 1ª a 4ª	2.186	33%	825,00	1.803.450,00
	EAJA 1ª a 8ª	4.762	33%	825,00	3.928.650,00
	EJA	156	33%	825,00	128.700,00
Total	—	7.104	—	—	5.860.800,00
Projeção 2009*	EAJA 1ª a 4ª	6.625	100%	825,00	5.465.625,00
	EAJA 1ª a 8ª	14.431	100%	825,00	11.905.575,00
	EJA	459	100%	825,00	378.675,00
Total	—	21.515	—	—	17.749.875,00

Fonte: Machado (2007)

\* Estimativa de receita total do Fundeb – 107.683.783,82

15% para EJA – 16.152.567,45

Valor descoberto – 1.597.30,00

Assim, após todas as informações apresentadas, pode-se constatar que o financiamento na EJA, no período analisado, é mais um reflexo do que vem sendo vivenciado pelas políticas de EJA, tanto a nível nacional quanto a nível local, no entanto, é preciso compreender que muito já se avançou e que há muito caminho a ser trilhado rumo à constituição de uma política nacional para a EJA que se integre a um sistema nacional de educação que garanta o direito ao acesso, à permanência, à terminalidade e à qualidade de ensino, compatível com a demanda de jovens,



adultos e idosos, no sentido de oportunizar-lhes a conclusão da Educação Básica, o que só é possível por meio do financiamento adequado das três esferas governamentais.

### **1.2.2. Financiamento na Educação Profissional**

Estudos acerca do financiamento da Educação Profissional – EP são quase ausentes nas investigações e pesquisas educacionais que se concentram mais em estudos sobre financiamento do Ensino Fundamental. A efetivação da EP como política pública data do início do século passado (1906), no entanto muito pouco se avançou em direção de uma oferta pública e gratuita que atenda as necessidades de jovens e adultos que procuram uma melhor qualificação para o trabalho. Assim, refletir sobre o financiamento da EP parte da defesa dessa enquanto modalidade da Educação Básica e Superior articulada ao mundo do trabalho, que proporcione melhores condições de formação e inserção profissional em conformidade com o estabelecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o que só será possível com a garantia de uma fonte segura de financiamento para sua manutenção, expansão e desenvolvimento.

Buscando a história da EP desde a CF de 1988 constata-se que essa ficou fora da previsão legal de recursos. Com a LDB essa situação é reforçada e a EP é mantida às margens do sistema educacional. A inexistência de uma previsão legal para o financiamento na manutenção e expansão da EP tem proporcionado uma oferta desarticulada e insuficiente dessa modalidade de ensino, principalmente no âmbito municipal, já que sua função prioritária é oferecer o Ensino Fundamental.

Durante o governo de FHC a EP passou por uma reforma por meio do decreto 2.208/97 que como impacto mais significativo foi a desvinculação da formação técnica do ensino médio, no que se refere à organização curricular, o que lhe atribuiu uma “identidade própria, desvinculada do sistema educacional formal, sendo realizada por estratégias que não exclusivamente a via escolarizada” (Souza, Ramos & Deluiz, p. 3, 2007). Essa reforma teve como amparo legal a LDB em seu artigo 40, o qual institui que a Educação Profissional pode integrar-se a três etapas da educação: o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação Superior.

A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996)

Ou, ainda, pode ser desenvolvida por diferentes estratégias de educação continuada. Nesse período, o financiamento da EP foi subsidiado quase que somente por capital internacional e por isso tem atendido aos interesses de seus patrocinadores.

No atual governo, o principal programa destinado à expansão da EP é Proep<sup>7</sup> (que já foi finalizado). O Programa previu apenas o financiamento para infraestrutura, construção e reforma de prédios, laboratórios, capacitação de profissionais da Educação Profissional e Tecnológica e consultorias. Suas ações não contemplaram o financiamento de forma a promover articulação da Educação Profissional e Tecnológica com a elevação da escolaridade e da Educação Básica. Por ser um programa elaborado para ser temporário, não permitiu a constituição de uma outra política de financiamento que pudesse contemplar a manutenção permanente das atividades educacionais, transferindo essa responsabilidade para iniciativa privada. Com a reforma da Educação Profissional do governo Lula o Proep teve suas metas e finalidades redirecionadas. É objeto de acordo de empréstimo firmado entre o governo brasileiro, via MEC e o BIRD.

Os investimentos do programa destinam-se à construção, reforma e ampliação das escolas, aquisição de equipamentos para laboratórios, despesas de consultoria, capacitação e serviços de terceiros. Abrange, também, aspectos técnico-pedagógicos, como flexibilização curricular, gestão escolar que contemple a autonomia, flexibilidade, captação de recursos e parcerias, garantindo a expansão da rede de educação profissional.(BRASIL. FNDE, Programa de Expansão da Educação Profissional, 2007)

Conforme dados do FNDE o estado de Goiás recebeu verbas do Proep de 2005 a 2008 (para os anos posteriores não foram encontrados nenhum registro) apresentadas na tabela 7. Não há registros referentes ao município de Goiânia, que

---

<sup>7</sup> No capítulo 1 foi feita uma apresentação mais detalhada do Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP.

tem como única oferta de EP, vinculada à EJA, o Projovem, programa que terá um estudo aprofundado no capítulo 3 desse trabalho.

**TABELA 7 - Liberações para o Proep no estado de Goiás**

<b>Ano</b>	<b>Valor total do repasse</b>	<b>N. de parcelas</b>
2005	493.800,00	2
2005	7.405.375,32	7
2007	2.858.677,16	5
2008	3.265.795,99	1

Fonte: FNDE/Liberações de Recursos.

O Proep foi apenas um dos programas implementados no primeiro mandato do presidente Lula em relação à EP. No sentido de corrigir as distorções promovidas pelo governo FHC em relação à EP, uma importante ação do atual governo foi a revogação do Decreto 2.208/97 que foi substituído pelo decreto 5.154/2004, que trouxe como principal conquista, mesmo que às avessas, o Programa de Integração ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos implantado a toda a rede federal por meio do decreto 5.478/2004 que logo foi substituído pelo 5.540/2006. Dentre outras modificações alterou-se o nome para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja e traz como orientação a ampliação do programa para toda a rede pública de ensino e a ampliação de toda a Educação Básica na modalidade de EJA. (Frigotto, 2005). Em relação ao financiamento o programa destina verba para formação técnica de nível médio e pós-graduação, dentre outras ações (informações mais aprofundadas sobre o programa serão apresentadas no capítulo II da pesquisa). As matrículas do programa são computadas para o repasse do Fundeb.

A União também financia outros programas/projetos de Educação Profissional, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, dentre eles: o Escola de Fábrica e o Brasil Profissionalizado, que não estão vinculados à escolarização. Em síntese, o financiamento na EP na atualidade acontece via Fundeb, uma vez que essa integrada a EJA é considerada como modalidade da educação básica e por isso o repasse é previsto. As outras fontes de financiamento

são provenientes da contribuição compulsória da empresa recolhida na folha de pagamento dos empregados.

Dessa forma, fica ainda mais evidente a necessidade da garantia de uma fonte segura de investimentos na EP. Desde 2005 está em tramitação no Senado a Proposta de Emenda à Constituição - PEC 24/2005, proposta pelo senador Paulo Paim. A referida PEC propõe a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional – Fundep, cujas receitas serão oriundas de diversos impostos e contribuições, destinado a compor com os recursos das três esferas de governo e de instituições patronais e privadas as verbas necessárias para atender à demanda crescente por cursos profissionais para todas as tipificações contidas no Decreto nº 5.154, de 2004. (Brasil, 2005); que não impedirá que as matrículas dos cursos profissionalizantes em escolas públicas continuem a ser contempladas pelo Fundeb. A estimativa de contribuição está apresentada no quadro abaixo.

### QUADRO 3 - Estimativa de Contribuição para o Fundep – 2008

(valores em milhões de reais)

TRIBUTOS	ARRECAÇÃO*	RECEITA DO FUNDEP
IR/IPI	192.450	3.850
PIS/PASEP	28.578	2.000
Total	221.028	5.850

Fonte: Parecer da CCJ referente à PEC 24/2005.

\* Fonte: Lei Orçamentária de 2008

A PEC já recebeu parecer favorável na Câmara de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, com algumas emendas e aguarda na Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Senado, desde 16/12/2008, a inclusão na ordem do dia.

Espera-se arrecadar para o Fundo pelo menos R\$ 2,6 bilhões, com origem no Imposto sobre a Renda (IR) e no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Com recursos provenientes do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), é possível chegar a uma receita de, no mínimo, R\$ 600 milhões. Já do *Sistema S* a contribuição seria superior a R\$ 1,2 bilhão. Com mais de R\$ 4,4 bilhões, a União, por meio de mecanismos legais de decisão pública colegiada, repassará recursos para as escolas, obedecendo primariamente ao critério de matrículas, segundo a forma da lei. (BRASIL, PEC 24/2000)

Se o Fundep vir a ser aprovado, na forma como foi proposto e com a estimativa de arrecadação apresentada, vislumbra-se um futuro de qualidade e de avanços na Educação Profissional brasileira, adequada aos anseios e necessidades da classe trabalhadora no sentido de uma qualificação profissional capaz de garantir a inserção dos jovens e adultos no mundo do trabalho.

## CAPÍTULO 2

### FINANCIAMENTO EM PROEJA E PROJovem

Nesse capítulo são apresentados os programas Proeja e ProJovem, com a exposição acerca do funcionamento e forma atual de organização, finalizando com informações detalhadas sobre o financiamento de cada desses programas, com especial atenção à modalidade do ProJovem, ProJovem Urbano.

#### 2.1. O PROEJA

O Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja, é uma das ações implementadas pela política de educação profissional do governo Lula que teve início com a revogação do Decreto nº 2.208/97, atendendo a um compromisso assumido com a sociedade na proposta de governo, como resultado da mobilização de diferentes setores educacionais vinculados ao campo da Educação Profissional, que retomaram a discussão de educação politécnica, compreendendo-a como uma educação unitária e universal destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica. Com a revogação, um novo decreto entra em cena, o Decreto nº 5154/2007, o qual restabelece a possibilidade de integração curricular dos ensinos médio e técnico, numa perspectiva que não se confunde totalmente com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção porque contém os princípios de sua construção, tendo como princípio educativo o trabalho, a partir da formação profissional com escolarização para jovens e adultos. (Frigotto, Ciavatta, Ramos, 2005)

O Proeja, inicialmente, foi denominado Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, implementado por meio do Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 e naquele momento “expôs a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em

geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio Ensino Médio” (Brasil, 2006). Em seguida ao decreto foi elaborado o documento base, que ainda é o documento referência para a compreensão do que é o programa, onde são apresentados as concepções e os princípios no qual este está fundado. Com a instituição do Decreto nº. 5840 de 13/07/06, a denominação do Proeja é alterada para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos e sua abrangência é ampliada não mais ficando restrito a cursos específicos de Ensino Médio com formação profissional no Ensino Médio.

A idade mínima para ingressar nos cursos do Proeja é de 18 anos e não há limite máximo. O público alvo são jovens e adultos, que não tiveram acesso à educação na faixa etária chamada regular, em toda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com predominância para o Ensino Médio em EJA. São oferecidos cursos de Educação Profissional técnica de nível médio com Ensino Médio, para quem já concluiu o Ensino Fundamental e ainda não possui o Ensino Médio e pretende adquirir o título de técnico; formação inicial e continuada com o ensino médio, destinado a quem já concluiu o Ensino Fundamental e ainda não possui o Ensino Médio e pretende adquirir uma formação profissional mais rápida; formação inicial e continuada com Ensino Fundamental (5ª a 8ª série ou 6º a 9º ano), para aqueles que já concluíram a primeira fase do Ensino Fundamental.

Também são admitidos cursos de formação inicial e continuada com Ensino Médio, de acordo com as necessidades regionais de formação profissional. A forma de organização dos cursos pode ser: integrada, em que o estudante tem matrícula única e o curso possui currículo único, ou seja, a formação profissional e a formação geral são unificadas; ou concomitante, o curso é oferecido em instituições distintas, isto é, em uma escola o estudante terá aulas referentes à Educação Profissional e em outra do Ensino Médio ou do Ensino Fundamental, conforme o caso. (Brasil, 2007). Quanto à forma os cursos podem ser na modalidade presencial ou semipresencial.

Como base de ação o programa teve, inicialmente, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, obrigando-as, em 2006, a destinar 10% de suas vagas do Ensino Médio integrado à Educação Profissional a jovens e adultos que concluíram o Ensino Fundamental. Em 2008, a Rede Federal continuou sendo a

principal base de ação do Programa, totalizando 9.141 alunos matriculados nos cursos do Proeja e contou com um investimento R\$ 20,9 milhões. Para 2009, com a adesão dos sistemas estaduais e municipais, a estimativa de matrículas nos cursos do Programa é de 40 mil e a meta é de 60 mil até 2011, para isso o governo fará um investimento de R\$ 398 milhões.

É salutar ressaltar que desde a promulgação do decreto que instituiu o Programa, estudiosos da área da Educação Básica e da Educação Profissional, em concordância com os profissionais das redes federais que já realizavam experiências de Educação Profissional com jovens e adultos, vêm questionando o programa e propondo sua ampliação e o aprofundamento de seus princípios epistemológicos, no sentido de uma formação humanizadora que “se faz ao longo da vida em não se restringe a tempos próprios e faixas etárias”(Ireland, Machado, Paiva, 2004 apud Brasil, 2007). O que se pretende é

[...] a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa. A perspectiva precisa ser, portanto, de formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele. (BRASIL, 2007, p. 13)

Essa compreensão aponta a necessidade da institucionalização de uma política pública de integração da educação profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos que se expresse em um projeto nacional com plenas condições de articular a EJA com a Educação Básica como um todo e com a formação para o trabalho, entendendo suas especificidades e capaz de se desenvolver frente aos desafios de inclusão social e da globalização da economia.

A concepção de educação do Proeja é uma concepção de educação continuada de cunho profissional, para além da Educação Básica, que rompe com a dualidade cultura geral versus cultura técnica, a primeira, educação academicista, destinada aos filhos das classes mais favorecidas socioeconomicamente e a



segunda, educação instrumental voltada para o trabalho, destinada aos filhos da classe trabalhadora. O objetivo da formação fundamenta-se na integração ente trabalho, ciência, tecnologia, humanismo e cultura geral, contribuindo para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional dos sujeitos atendidos pelo programa, através da indissociabilidade dessas dimensões no mundo real, estreitamente vinculadas às condições necessárias ao efetivo exercício da cidadania.

Assentados nessa concepção, os cursos técnicos integrados trazem como uma de suas finalidades mais significativas a capacidade de proporcionar a formação integral do educando, uma formação básica sólida vinculada à formação profissional. Também tem como pressuposto assumir a EJA como um campo de conhecimento específico, que parte da investigação das reais necessidades de aprendizagem dos alunos. A proposta pedagógica visa atender as “reais necessidades de todos os envolvidos e oferecer respostas condizentes com a natureza da educação que buscam, dialogando com as concepções formadas sobre o campo de atuação profissional, sobre o mundo do trabalho, sobre a vida” (Brasil, 2007). Almeja uma sociedade que tenha como centro o ser humano e suas relações com o meio-ambiente e a natureza na qual a tecnologia fica submetida à ética. A produção do conhecimento está voltada para a busca de soluções dos problemas da parcela da sociedade menos favorecida na perspectiva da construção de uma sociedade mais justa.

As principais áreas profissionais do Proeja atualmente são: ambiente, saúde e segurança; informação e comunicação; controle e processos industriais, infraestrutura; recursos naturais, gestão e negócios. No IFET-GO atualmente está em andamento o curso de Alimentação. O Programa também oferece cursos de especialização.

São eleitos como princípios do Programa: a inclusão da população em suas ofertas educacionais; a inserção orgânica da modalidade EJA integrada à Educação Profissional nos sistemas educacionais públicos; a ampliação do direito à Educação Básica, pela universalização do Ensino Médio; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como fundamento da formação do sujeito; as condições geracionais, de gênero, de relações étnico-raciais como fundantes da formação humana e dos modos como se produzem as identidades sociais.

### Em relação ao currículo a proposta

é uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas. Refere-se a uma integração teoria-prática, entre o saber e o saber-fazer. Em relação ao currículo, pode ser traduzido em termos de integração entre uma formação humana mais geral, uma formação para o ensino médio e para a formação profissional. (BRASIL, 2007, P. 41)

O currículo integrado é compreendido como uma possibilidade real de inovar pedagogicamente a concepção do Ensino Médio, pois considera o mundo do trabalho e leva em conta os mais diversos saberes e conhecimentos produzidos em diferentes espaços sociais. Assume a forma integral dos sujeitos com forma para compreender e se compreender no mundo, abandonando a perspectiva estreita de formação propedêutica e para o mercado de trabalho. Além de estar atento às especificidades da EJA e ter como referência a vinculação entre educação e trabalho.

São adotadas como abordagens metodológicas de integração: abordagens embasadas na perspectiva de complexos temáticos; abordagem por meio de esquemas conceituais; abordagem centrada em resoluções de problemas; abordagem mediada por dilemas reais vividos pela sociedade; abordagem por áreas do conhecimento. (Machado apud Brasil, 2007). Os tempos escolares e avaliação também são organizados e pensados conforme as especificidades da EJA. Parte da compreensão que o processo ensino aprendizagem se dá para além da instituição escolar, assim os saberes produzidos fora do espaço formal também são reconhecidos e valorizados. O aluno de EJA pode entrar e sair dos cursos do Proeja a qualquer tempo, após a prévia verificação de suas condições de ingresso e o domínio dos conhecimentos atingidos frente aos objetivos definidos para o curso, o que tanto pode ser ou em tempo menor ou em tempo maior, que o tempo fixado para a conclusão do curso. Dessa forma a avaliação é entendida e desenvolvida de uma forma processual e contínua, visando a (re)construção do conhecimento em coerência com a formação integral dos sujeito.

A coordenação geral do Proeja está a cargo da Secretaria de Educação Tecnológica - Setec, integrante do Ministério da Educação e Cultura MEC, que assume a responsabilidade pela implantação, implementação e avaliação do

programa junto às instituições proponentes. Essas instituições devem garantir a oferta gratuita, responsabilizando-se pela inscrição, matrícula, organização das turmas, formação continuada dos profissionais, e pelos recursos humanos. Podem ser instituições proponentes: entidades públicas federais, estaduais e municipais, entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades vinculadas ao Sistema S. Também são aceitas instituições parceiras, organizações da sociedade civil que não visem lucro na oferta de cursos do Proeja.

A Setec, também é responsável pelo estabelecimento de programas especiais para a formação de formadores e para pesquisa em Educação de Jovens e Adulto, por meio de Programas de Especialização em Educação de Jovens e Adultos como modalidade de atendimento no Ensino Médio integrado à educação profissional, da articulação institucional com vista à cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) que incidam em áreas afins do Proeja e do fomento para linhas de pesquisa em Educação de Jovens e Adultos, Ensino Médio e Educação Profissional (Brasil, 2007). Os cursos de Especialização são destinados a profissionais com curso superior que trabalham nas redes públicas de ensino e atuem ou venham a atuar em programas e projetos do Proeja. As áreas de concentração são Gestão e Docência.

O monitoramento e avaliação também são coordenados pela Setec e o foco principal é sobre a aplicação dos recursos investidos, o projeto pedagógico e as instituições, o pessoal envolvido no Programa, além do monitoramento da evasão.

### **2.1.1. O Financiamento no PROEJA**

Os recursos financeiros do Programa são originários do orçamento da União (MEC e/ou parcerias interministeriais), de acordos de cooperação com organismos internacionais ou outras fontes de fomentos de apoio à Educação Profissional e tecnológica. O financiamento acontece de forma diferenciada conforme as modalidades do Programa e a natureza jurídica da instituição proponente. Nos estados e municípios o recurso é disponibilizado por meio de transferência legal

automática e conta com recursos do Fundeb (Brasil. Lei 11.494 de 20/06/2007) conforme previsto no artigo 10, inciso XVII.

A distribuição proporcional de recursos dos Fundos levará em conta as diferenças entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica: XVII – educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio, com avaliação no processo. (BRASIL. Lei nº. 11.494)

Na Rede Federal os recursos são provenientes do PPA/MEC (Plano Plurianual), ações de fomento ao desenvolvimento da educação profissional e do Proeja. São ações financiáveis: investimentos em infra-estrutura; contratação de serviços de consultoria; despesas de custeio em geral; auxílio à permanência dos alunos na instituição (transporte, alimentação, vestimenta, bolsas de trabalho, material didático etc.); financiamento de material didático e de publicações impressas e eletrônicas.

No quadro abaixo são apresentadas as ações financiáveis do Proeja, realizadas pela Setec, com os respectivos repasses da União no período de 2006 a 2008. Não são apresentadas as ações financiáveis previstas para o ano de 2009, pois não foi possível acessar dados a esse respeito em nenhum dos órgãos e secretarias governamentais responsáveis pelo Programa (MEC, Setec, FNDE). No ano de 2008, para algumas das ações é apresentada apenas a previsão orçamentária em relação às ações planejadas, conforme exposição feita no Eneja/2008 pela Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica.

#### QUADRO 4 - Ações Financiáveis do PROEJA/SETEC - Período de 2006-2008

Ano	Ações	Valor
		Repassado/aprovado/previsto
2006	Implementação de cursos do PROEJA – Rede Federal	R\$ 6.026.249,31
	Implementação de cursos do PROEJA – Estados	R\$ 2.104.002,10
	Formação de Profissionais em pós-graduação <i>latu-sensu</i> – Especialização PROEJA	R\$ 3.734.275,30
2007	Pesquisa em rede, em nível de pós-graduação <i>strictu sensu</i>	R\$ 3.600.000,00
	Formação PROEJA	R\$ 3.661.742,01
	Especialização PROEJA	R\$ 6.102.034,32

Ano	Ações	Valor
		Repassado/aprovado/previsto
2008	Chamada Pública	R\$ 4.886.138,32
	Especialização PROEJA	R\$ 14.993.485,28
	Encontros micro-regionais para discussão dos desafios do PROEJA	R\$ 427.944,71
	Assistência estudantil	R\$ 5.838.800,00

Fonte: BRASIL. Setec. 2008.

No ano de 2006, o repasse para implementação de cursos do PROEJA na Rede Federal aconteceram por meio da descentralização orçamentária. Os valores do convênio dos Estados são apresentados como valores aprovados, porém não há nenhuma informação se esse foi o repasse real. O repasse para a especialização do Proeja é referente à formação de profissionais em nível de pós-graduação *latu-sensu*, distribuídos em 15 pólos com aproximadamente em 1400 matrículas.

Em 2007 além das ações financiáveis, também foram desenvolvidas as seguintes ações pela Setec: elaboração e consolidação dos Documentos Base das políticas norteadoras do Proeja; projeto de inserção contributiva que tem como finalidade monitorar a evasão do Proeja, que realizou 21 visitas nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica - EPT. O projeto apontou como principais causas da evasão: o desafio pedagógico que compreende o currículo, integração, avaliação, falta de reuniões pedagógicas, pedagogia inadequada para o público de EJA, falta de interesse dos professores, desinformação sobre o programa, dentre outros; a formação docente (falta de capacitação docente e dos demais profissionais envolvidos no programa); e dificuldades dos estudantes (na formação geral e técnica, motivação, falta de interesse, formação básica frágil).

A pesquisa em rede em nível de pós graduação *strictu-sensu* realizada em 2007 aconteceu por meio de edital Proeja Capes/Setec e do total repassado são destinados R\$ 100.000,00 por ano (4 anos) por projeto (9 projetos), totalizando 45 projetos de mestrado e 22 de doutorado. A formação do Proeja refere-se a cursos de 120 a 240 horas que aconteceu por meio de chamada pública (02/2007) com o oferecimento de 24 projetos distribuídos entre as escolas federais e estaduais. A especialização foi oferecida em 21 pólos com aproximadamente 2.400 matrículas.

Em 2008 as ações apresentadas são definidas como em andamento e planejadas, sem a distinção entre elas e sem a possibilidade de verificar se elas foram executadas. O total de projetos aprovados para formação do Proeja em cursos de 120h a 240h por meio de chamada pública (01/2008) é de 45 com aproximadamente 6.431 matrículas. A especialização acontecerá em 32 pólos, com 4.500 matrículas aproximadamente. Os encontros micro regionais denominados como “Diálogos do Proeja” estavam previstos para acontecer em 14 momentos em todas as regiões brasileiras. A assistência estudantil previa contemplar 9.221 estudantes. Outras ações que estavam previstas para 2008: a implementação de cursos do Proeja nos estados por meio do Brasil Profissionalizado; lançamento do edital Proeja/Capes/Setec; monitoramento dos convênios de 2006 e 2007; inserção contributiva das escolas com alto índice de evasão com a ampliação do número de visitas e o monitoramento da oferta de cursos nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

## **2.2. O ProJovem**

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, é uma das ações integrantes da Política Nacional de Juventude lançada pelo governo Lula em 2005. Foi instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005 e desde 2008 é regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 e regulamentado pelo Decreto nº 6.629, de 04 de novembro de 2008<sup>8</sup>.

Quando lançado foi denominado Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem, e atendia jovens de 18 a 24 anos, que não tinham terminado a 4ª série e não possuíam vínculos formais de trabalho. Na ocasião caracterizou-se como programa emergencial e experimental, em atendimento a um segmento com a real necessidade de chegar ainda jovem ao

---

<sup>8</sup> O ProJovem foi instituído em 2005 pela Lei nº11.129, juntamente com a criação do Conselho Nacional da Juventude –CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude alterando as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e nº 10.429, de 24 de abril de 2002. Em 2008 o programa começa a ser regido pela Lei nº11.692 ampliando a oferta para jovens de 15 a 29 anos e dividindo-o em quatro modalidades: Projovem Urbano, Projovem Adolescente, Projovem Campo e Projovem Trabalhador. Em novembro de 2008 o Programa é regulamentado por meio do Decreto nº 6.629 e nesta ocasião é criado o Conselho Gestor do Projovem – Cogep sendo a instância federal responsável pelas deliberações, gestão e execução do Programa a nível nacional.

Ensino Médio. A proposta curricular estava fundamentada na articulação entre a formação geral, a qualificação profissional e o engajamento cívico. Simultaneamente com o Programa, foi constituída a Secretaria Nacional de Juventude e implantado o Conselho Nacional de Juventude, ambos com finalidades e funções distintas e complementares e, representam no conjunto, “ um novo patamar de políticas públicas voltadas para a juventude brasileira, considerada em sua singularidade, diversidade e suas vulnerabilidades e potencialidades” (Brasil, 2006).

Os cursos tinham a duração de 12 meses e caracterizava-se pela formação integral, compreendida em atividades de formação escolar (800 horas), qualificação profissional (350 horas) e desenvolvimento de ação comunitária (50 horas), perfazendo um total de 1.200 horas presenciais. Contava, ainda, com 400 horas de atividades não-presenciais, totalizando 1.600 horas. Os alunos matriculados com freqüência regular e rendimento satisfatório (75% de presença nas atividades presenciais e na entrega dos trabalhos), recebem um auxílio de R\$ 100,00 mensais. A meta inicial do ProJovem foi atender cerca de 200.000 jovens, no período de 2005 a 2007, atuando em todas as capitais brasileiras e no Distrito Federal. Em 2006, ampliou o atendimento aos municípios das regiões metropolitanas que possuíam 200.000 habitantes ou mais e recebeu a adesão de 29 cidades. (Brasil, 2006).

Uma das medidas tomadas na implantação do ProJovem e considerada uma das mais importantes foi a criação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa - SMA, coordenado pela Universidade Federal de Juiz de Fora e executado de forma regionalizada, mediante convênio da Secretaria Geral da Presidência da República com sete Universidades Federais, incluindo a coordenação. Tem como foco supervisionar as condições de oferta local do Programa, realizar avaliação externa dos alunos, monitoramento da matrícula, freqüência e realização das atividades pedagógicas, além da avaliação do Programa como um todo.

Conforme Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano PPI (Brasil, 2008), os resultados significativos e promissores alcançados com o Programa, principalmente em relação à sua meta, indicaram a necessidade de ampliar, reforçar e integrar ações para a juventude por meio de um trabalho articulado entre os diferentes ministérios (Ministérios da Educação, do Desenvolvimento Social, do Trabalho e Emprego, da Cultura, do Esporte e do Planejamento) e o

desenvolvimento de ações voltadas para essa parcela da sociedade. A articulação entre os ministérios, a Secretaria-Geral da Presidência e da Casa Civil, aconteceu por meio da criação do grupo de trabalho denominado GT Juventude no início de 2007. Como fruto das discussões e propostas desse GT foi lançado o ProJovem Integrado, que toma como referências básicas a oportunidade para todos e os direitos universalmente segurados, que em conjunto propiciam o protagonismo juvenil em relação à sua inclusão social e à sua cidadania. (Brasil, 2008)

O ProJovem Integrado atende jovens de 15 a 29 anos e tem por finalidade promover “ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros a reintegração ao processo educacional, qualificação profissional em nível de formação inicial e desenvolvimento humano” (Brasil, Decreto nº 6.629, de 04 de novembro de 2008). Compreende quatro modalidades:

- ProJovem Adolescente - que objetiva complementar a proteção social básica à família, oferecendo mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Consiste na reestruturação do programa Agente Jovem e destina-se a jovens de 15 a 17 anos.
- ProJovem Urbano, que tem como finalidade elevar o grau de escolaridade visando ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania, por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã. Constitui uma reformulação do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens.
- ProJovem Campo, que busca fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promovendo elevação da escolaridade - com a conclusão do ensino fundamental - qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Valendo-se do regime de alternância dos ciclos agrícolas, reorganiza o programa Saberes da Terra.
- ProJovem Trabalhador, que unifica os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando à preparação dos jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda. Atenderá a jovens de 18 a 29 anos, em situação de desemprego que sejam membros de famílias com renda mensal per capita de meio salário mínimo. (BRASIL, 2008, p. 10).



Os currículos dos cursos são compostos por noções básicas de comunicação em língua portuguesa, de matemática, de informática, de cidadania e de língua estrangeira em conformidade com as especificidades de cada modalidade. O Programa tem como objetivos a complementação da proteção social básica à família, a criação de condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem brasileiro no sistema educacional, a elevação da escolaridade dos jovens do campo e da cidade, com a conclusão do Ensino Fundamental, integrado à qualificação social, profissional e ao desenvolvimento de ações comunitárias, preparar os jovens brasileiros para o mundo do trabalho, em ocupação com vínculo empregatício e em outras atividades produtivas que geram renda. (Brasil, 2008)

Dentre as quatro modalidades vigentes atualmente no Projovem, terá como foco de concentração neste estudo o ProJovem Urbano por constituir uma reformulação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens e por essa ser a modalidade do ProJovem Integrado oferecida pela Prefeitura Municipal do município de Goiânia, o qual objeto de pesquisa deste estudo e tema do próximo capítulo.

### **2.2.1. ProJovem Urbano**

ProJovem Urbano, uma das modalidades do ProJovem Integrado, constitui uma reformulação e aprimoramento do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem. Está situado em um novo contexto de políticas governamentais integradas para a juventude, e utiliza os resultados das avaliações interna e externa para reforçar aspectos bem sucedidos e propor estratégias para superação de dificuldades e dos obstáculos que foram encontrados em sua implementação.

Atende jovens de 18 a 29 anos, que saibam ler e escrever e que ainda não concluíram o Ensino Fundamental. Tem como finalidade promover a inclusão social por meio da re-inserção na escola e no mundo do trabalho, proporcionando oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania a esses jovens. Também são contemplados no Programa jovens de 15 a 21 anos, internados em instituições sócio-educativas de privação de liberdade.

Apresenta como característica:

[...] propostas inovadoras de gestão inter-setorial, compartilhada por quatro ministérios, e de implantação em regime de cooperação com os Estados, Municípios e DF envolvidos; projeto pedagógico integrado (PPI) que representa um novo paradigma de educação, articulando conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e experiências de participação cidadã, como base para o alcance da finalidade pretendida; materiais pedagógicos especialmente produzidos para atender a essas características do Programa, constando de guias, manuais e vídeos destinados a: alunos; educadores; gestores; instituições de formação de educadores.(BRASIL, 2008, p. 11)

As finalidades do programa continuam sendo as mesmas do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária - ProJovem, que tem como finalidade principal a formação integral dos jovens por meios da efetiva associação entre formação geral (conclusão do ensino fundamental), qualificação profissional (certificação de formação inicial) e participação cidadã (experiência de ação social na comunidade). Como finalidades específicas tanto o ProJovem como o Projovem Urbano trazem: a re-inserção no processo de escolarização; a identificação de oportunidades potenciais de trabalho e a capacitação para o mundo do trabalho; a participação em ações coletivas de interesse público; a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação; a ampliação do acesso à cultura.

Conforme a Projeto Pedagógico Integrado – PPI do ProJovem Urbano (Brasil, 2008), o Programa traz como objetivos principais: tratar a inclusão social no contexto do desenvolvimento humano e dos direitos de cidadania; desenvolver um currículo integrado, interdisciplinar e interdimensional; propor novas formas de organização do trabalho escolar, envolvendo diferentes instâncias da administração pública e da sociedade, de modo a viabilizar o desenvolvimento do currículo integrado; definir estratégias de atuação na sala de aula com vistas a integrar as três dimensões do currículo (Ensino Fundamental, Qualificação Profissional, Ação Comunitária) de acordo com os fundamentos e diretrizes do Programa; formar educadores para responder aos desafios que se apresentem durante a execução do ProJovem Urbano, o que lhes demanda a competência para planejar e agir cooperativamente e a capacidade de considerar as diferentes facetas do aluno como ser humano.

O curso tem carga horária total prevista de 2000 mil horas, distribuídas em 1560 horas presenciais e 440 horas não-presenciais que devem ser cumpridas num período de dezoito meses. As horas presenciais são compreendidas em 20 horas semanais que incluem as atividades em sala de aula, visitas, pesquisas de campo, participação em palestras, atividades práticas relacionadas à Qualificação Profissional e à Participação Cidadã, todas elas sob a supervisão de um educador. Estas horas presenciais são divididas em 1092 horas de formação geral, 390 horas de qualificação profissional e 78 horas de participação cidadã. As horas não-presenciais são destinadas às leituras e atividades das unidades formativas e também à elaboração de planos e registros, que podem ser individuais ou em pequenos grupos, realizadas nos espaços e tempos mais convenientes aos estudantes. Nas unidades prisionais o curso terá uma carga horária menor: 936 horas de formação geral, 234 horas de qualificação profissional e 78 horas de participação cidadã, totalizando 1248 horas de curso.

Em relação à organização curricular o curso é organizado em três ciclos compostos por duas unidades formativas cada um. As unidades formativas são os eixos estruturantes do ProJovem Urbano e cada uma tem a duração de três meses. São elas: Unidade Formativa I - Juventude e Cultura; Unidade Formativa II - Juventude e Cidade; Unidade Formativa III – Juventude e Trabalho; Unidade Formativa IV - Juventude e Comunicação; Unidade Formativa V - Juventude e Tecnologia; Unidade Formativa VI – Juventude e Cidadania.

Com base nos eixos estruturantes os conteúdos são organizados em tópicos: Ciências Humanas, Inglês, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza, Qualificação Profissional e Participação Cidadã. Juntos, eixos estruturantes e conteúdos, compõem a matriz curricular do Programa.

A concepção de avaliação adotada pelo ProJovem Urbano compreende a avaliação do ensino e da aprendizagem como processos indissociáveis. Nesse sentido, a avaliação é cumulativa, contínua, abrangente, sistemática e flexível, para a obtenção e análise das informações de forma qualitativa e quantitativa de forma a subsidiar o replanejamento das intervenções docentes e verificar se os objetivos estão sendo alcançados. Tem como modalidades a avaliação diagnóstica e formativa, que apresentam funções diferentes mas que se complementam entre si.

No intuito de viabilizar a concepção interdimensional o Projovem Urbano opta pela gestão intersetorial e compartilhada. A execução e gestão estão a cargo da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. São co-responsáveis pela implementação a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

As instâncias de Gestão do Projovem Urbano acontecem: a nível nacional, através de um comitê gestor coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e integrado pelos Ministérios que compõem o Programa; na Gestão Local, que conta com um comitê local composto por representantes das secretarias estaduais, municipais e do Distrito Federal; nos Pólos, que representa a menor instância do Projovem Urbano. Cada Pólo compreende 16 núcleos que variam de 2400 até 3.200 alunos e possui uma equipe de gestão (um diretor-executivo, um diretor pedagógico e pessoal de apoio técnico e administrativo).

## **2.2.2. Financiamento no Projovem**

O repasse financeiro para a execução das modalidades do Projovem Integrado acontece por transferência direta da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Essa transferência acontece sem a necessidade de convênio e é feito mediante depósito feito em conta corrente específica e o ente federal que recebe o repasse deverá apresentar junto ao órgão, secretaria e ou ministério responsável, a devida prestação de contas da aplicação dos recursos<sup>9</sup>.

O montante dos recursos financeiros é calculado com base no número de jovens atendidos e destina-se à promoção de ações de elevação da escolaridade e qualificação profissional dos jovens e também à contratação, remuneração e formação profissional. O repasse do montante acontece na forma de parcelas, que são estipuladas (a forma do cálculo, número e valor do repasse aos entes federados) pelos órgãos responsáveis pela coordenação das modalidades do Projovem em observância à Lei Orçamentária Anual.

---

<sup>9</sup> Para maiores detalhes ver Art. 4º, da Lei nº 11.692, de 1º de junho de 2008 e Resolução/CD/FNDE Nº 22 de 26 de maio de 2008.

No ProJovem Urbano e o ProJovem Campo a transferência de recursos financeiros é executada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, vinculado ao Ministério da Educação. No ProJovem Adolescente o repasse acontece por intermédio do Fundo de Assistência Social da União, Estados, municípios e do Distrito Federal (co-financiamento) conforme a adesão à modalidade do Programa. Os saldos dos recursos financeiros existentes na conta corrente em 31 de dezembro de cada ano deverão ser aplicados no exercício do ano seguinte, conforme o objeto de sua transferência.

Em relação ao ProJovem Urbano, compete à União conceder auxílio financeiro aos beneficiários do ProJovem no valor de R\$ 100,00 mensais. Aos entes federados que aderirem ao Programa compete: receber, executar e prestar contas dos recursos financeiros transferidos pela União, em conformidade com as determinações das diretrizes nacionais do programa, a legislação vigente e o Projeto pedagógico integrado; arcar com as despesas de insumos sob sua responsabilidade e, arcar com todas as despesas tributárias ou extraordinárias que incidem sobre a execução dos recursos financeiros recebidos, com exceção daqueles de natureza compulsória lançados automaticamente pela rede bancária. (Brasil, Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008)

No ProJovem Urbano os percentuais dos valores transferidos aos municípios para o custeio das ações são apresentadas no quadro a seguir, calculados com base no valor *per capita* de R\$ 165,00 mensais por aluno matriculado e freqüente, considerando um total de 18 (dezoito) meses de duração do curso, divididos em quatro ciclos. Nos Estados o valor *per capita* é de 170,00. Os valores são transferidos após a aprovação do Plano de Implementação que os entes federados devem apresentar à Coordenação Nacional que é o instrumento de planejamento de ações e controle de gastos.

**QUADRO 5 - Critérios para a aplicação da Assistência Financeira do ProJovem Urbano aos Municípios**

Ações	% permitido
Pagamento de professores de ensino fundamental, qualificação profissional e participação cidadã, diretores de pólos, coordenadores municipais do Projovem, pessoal de apoio técnico-administrativo para os pólos e para a coordenação local	Até 75,5%

<b>Ações</b>	<b>% permitido</b>
Custeio da formação inicial e continuada de professores de ensino fundamental, qualificação profissional e participação cidadã, diretores de pólos e coordenadores municipais.	Até 3%
Auxílio financeiro para os professores ensino fundamental, qualificação profissional e participação cidadã, diretores de pólos e coordenadores locais durante a etapa de formação inicial, no valor máximo de 80% da remuneração prevista para cada função.	Até 3,5%
Aquisição de gêneros alimentícios destinados exclusivamente para o fornecimento de lanche ou refeição aos matriculado e freqüentes no Programa	Até 8%
Locação de espaços e equipamentos, aquisição de material de consumo, pagamento de monitores para as atividades práticas de qualificação profissional	Até 8%
Pagamento de pessoal de apoio para auxiliar na etapa de matrícula local do Programa	Até 2%

FONTE: Resolução nº 22, FNDE.

Os municípios que não atingirem os percentuais máximos apresentados poderão empregar os recursos disponíveis para: pagamento de profissionais para a preparação do lanche (até 10%); aquisição de material escolar exclusivamente para os alunos e para os professores (até 10% em cada ação). Para o exercício de 2008 do ProJovem Urbano, os entes federados que optarem por apenas uma etapa de matrícula receberão os recursos em três parcelas, os que optarem por duas etapas receberão os recursos em seis parcelas.

Conforme a Resolução nº 22 de 26 de maio de 2008 (Brasil.FNDE, 2008), os municípios que efetuaram as matrículas em uma etapa, foco de interesse desse estudo, receberão os recursos a serem transferidos na 1ª parcela calculados com base no número de alunos a serem atendidos na 1ª etapa de matrículas de acordo com fórmula específica.

A segunda parcela será repassada após a verificação da quantidade efetiva de alunos matriculados e na averiguação de que o valor transferido na primeira parcela foi insuficiente para cobrir os gastos previstos para o segundo ciclo do curso. O valor da segunda parcela é baseado no número de alunos que efetivamente realizarem as avaliações externas previstas para o primeiro ciclo.

O repasse da 3ª parcela será realizado após ser averiguado pela Coordenação Nacional se o valor repassado na 2ª parcela foi insuficiente para cobrir

os gastos previstos para o terceiro ciclo do curso (Unidades Formativas V e VI) e será calculado conforme o número de alunos efetivamente inscritos para a segunda avaliação externa após conclusão do segundo ciclo das turmas.

## CAPÍTULO 3

### A EXPERIÊNCIA DO PROJovem EM GOIÂNIA

O objetivo desse capítulo é apresentar a experiência do ProJovem em Goiânia desde sua implementação como ProJovem Original até a mudança pra ProJovem Urbano. A apresentação inicia com a exposição sobre o atendimento atual do Programa no município de Goiânia e é encerrada com as informações sobre o financiamento.

#### 3.1. Histórico – do Projovem Original ao Projovem Urbano

A Prefeitura de Goiânia fez a adesão ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Original<sup>10</sup> em setembro de 2005, a implementação, seguindo as orientações nacionais, foi pautada em índices de escolarização deficitários da população jovem de Goiânia, e aconteceu em fevereiro de 2006. A coordenação do programa, até 2008, ficou a cargo da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (Sedem), Secretaria Municipal de Educação (SME), Secretaria Municipal de Assistência Social (Semmas) e Assessoria Especial da Juventude. No período de, 2006 a 2008, o Projovem Original atendeu cerca de 650 alunos, jovens de 15 a 24 anos que não haviam concluído o Ensino Fundamental. A meta inicial era atender 2.900 alunos.

Em fevereiro de 2006 aconteceu a primeira entrada do ProJovem Original em Goiânia e contou com duas “Estações Juventude” – EJ<sup>11</sup>. De acordo com

---

<sup>10</sup> ProJovem Original é a nomenclatura utilizada pela coordenação Nacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens para defini-lo, no período de 2006 a 2008, antes da implementação do ProJovem Urbano.

<sup>11</sup> Estação Juventude é o espaço de referência para os professores e para os jovens. São locais para encontros, busca de informações, orientações, estudos, desenvolvimento de atividades em grupo, realização de eventos culturais, que favoreçam o processo formativo, a expressão cultural e a participação cidadã dos estudantes. (Unidade Formativa I. Manual do Educador).



informações fornecidas pela coordenação do ProJovem Goiânia, na primeira entrada inscreveram-se para o Programa 3.858 jovens, matricularam-se 1.555. Na segunda entrada, inscreveram-se 1.815 jovens e foram feitas 865 matrículas, organizadas em duas EJ. A terceira entrada contou com 1.172 jovens inscritos e 893 alunos matriculados. No total, o ProJovem Original obteve 605 alunos concluintes no Ensino Fundamental e 585 alunos concluintes na qualificação profissional, conforme apresentado no quadro abaixo.

**QUADRO 6 - Quantitativo de alunos do Projovem Original - 2006-2008**

ENTRADA	ESTAÇÃO JUVENTUDE	QUANTIDADES			
		INSCRITOS	MATRICULADOS	CONCLUINTE	
				FUNDAMENTAL	QUALIFICAÇÃO
1ª	EJ-I	3.858	646	135	152
	EJ-II		909	193	167
	Subtotal		1.555	328	319
2ª	EJ-IB	1.815	376	69	64
	EJ-IIB		519	104	68
	Subtotal		895	173	132
3ª	EJ-III	1.172	893	104	134
TOTAL		6.845	3.297	605	585

Fonte: Coordenação Geral do Projovem no Município de Goiânia. 2009

A coordenação local não soube informar os motivos da defasagem entre a inscrição inicial e matrículas e da evasão, no entanto, conforme dados do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SMA) da coordenação nacional, as razões são inúmeras, dentre elas são mais relevantes a falta de cumprimento dos pré-requisitos do Programa, como limite de idade, comprovação de escolaridade ou inexistência de vínculo empregatício, até a desistência em função de trabalho em horário incompatível com o curso, cansaço, dificuldades para guarda dos filhos, dificuldades de acesso ao núcleo, medo da violência, falta de apoio familiar.

O trabalho educativo desenvolvido em cada Estação Juventude priorizava temáticas relevantes para a juventude e oferecia diversas atividades de educação e mobilização social por meio de oficinas e vivências, com a utilização das diversas

linguagens. Os educadores e jovens que integraram o programa participaram de ações coletivas nas quais puderam ampliar o universo cultural individual e construir habilidades de gestão, liderança e mobilização social.

Os núcleos do programa funcionaram em dez escolas da Rede Municipal de Educação de Goiânia - RME: Escola Municipal - E. M. Donata Monteiro, E. M. Padre Pelágio, E. M. Professor Paulo Freire, E. M. Benedita Luiza, E. M. Engenheiro Antônio Félix, E. M. Hebert José de Souza, E. M. Antônia Maranhão do Amaral, E. M. Iaiá Câmara, E. M. Deputado Jamel Cecílio, E. M. Lions Clube Goiânia Tocantins.

O curso tinha duração de 18 meses, oferecendo a conclusão do Ensino Fundamental, treinamento em informática, formação profissional inicial e atividades de participação cidadã. Na Qualificação Profissional foram oferecidos os cursos de Alimentação, Telemática, Vestuário, Construção e Reparos, sob a responsabilidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai).

Em relação ao gerenciamento das verbas, de acordo com as informações fornecidas pela coordenação geral do Programa em Goiânia, até 2008, enquanto funcionou o ProJovem Original, a Sedem esteve responsável pelo gerenciamento da verba referente à contratação das instituições formadoras para o curso de qualificação profissional. A SME se responsabilizou pelo fornecimento de material administrativo e de limpeza para utilização na sede da coordenação, transporte para o acompanhamento e monitoramento aos núcleos, pagamento de despesas com água, luz, telefone e aluguel do prédio da sede, recursos humanos (coordenador geral, funcionários para limpeza e alimentação). Nos núcleos disponibilizava para o programa, as merendeiras e oferecia de 50% a 60% do lanche servido aos alunos. A verba era repassada diretamente do Fundo Nacional de Desenvolvimento Educação - FNDE para a SME e destinava-se à formação inicial dos professores, pagamento de salários de professores, coordenadores e apoios municipais. Os valores repassados nesse período não foram acessados por não constar informações no site do FNDE e por não ter sido possível obter informações junto ao Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - FMMDE da SME.

O processo seletivo do ProJovem Original teve como critério para a contratação dos educadores a análise de currículos. Os candidatos aprovados nessa

etapa passavam por um curso de formação inicial realizado pela fundação Fundar. Os aprovados foram selecionados e atuaram no Programa nas três entradas.

Em 2008, o ProJovem sofre alterações e passa a ser regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho, sua destinação é ampliada para jovens de 15 a 29 anos e começa a ser ofertado nas seguintes modalidades: Projovem Adolescente – Serviço sócio-educativo, Projovem Urbano, Projovem Campo – Saberes da Terra e Projovem Trabalhador. Em 04 de novembro de 2008 o Programa é regulamentado pelo Decreto nº 6.629 o qual dispõe sobre o funcionamento de todas as modalidades do Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Com essa nova regulamentação a Prefeitura de Goiânia passa a ofertar, a partir do segundo semestre desse ano, o Projovem Urbano, que será mais bem detalhado a seguir.

### **3.2. Atendimento do Projovem Urbano**

O Projovem Urbano, uma das modalidades do programa Nacional de Inclusão de Jovens, foi implementado em Goiânia no segundo semestre de 2008, o público alvo atendido são jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever e que não tenham concluído o Ensino Fundamental. Os alunos que cumprem os requisitos do Programa (frequência e realização das atividades) recebem uma bolsa de R\$ 100,00 mensais.

Com a adesão ao Programa Projovem Urbano, a Prefeitura de Goiânia elaborou o Plano de Implementação<sup>12</sup>, exigência para a implementação, foi apresentado em maio de 2008 à coordenação nacional. Nesse plano consta todo o planejamento, a definição de gastos e controle para o exercício de 2008 (refere-se aos dezoito meses de curso) que serve tanto à quem o elabora quanto à coordenação nacional do Projovem Urbano.

No Projovem Urbano o curso continua com duração de 18 meses, nos quais os alunos participam das aulas de ensino regular, dos cursos de línguas e informática além de receberem qualificação profissional nas áreas de Administração, Saúde, Telemática e Vestuário.

---

<sup>12</sup> Todo ente federado que faz a adesão ao Projovem Urbano elabora um plano das atividades a serem desenvolvidas. O Plano de Implementação é um documento apresentado na forma de planilhas, elaboradas e disponibilizadas pela Coordenação Nacional do Projovem Urbano.

A meta de matrículas projetada no Plano de Implementação do ProJovem Urbano no município de Goiânia era de 2.400 alunos a ser contemplada em uma única etapa de matrícula, referente à primeira entrada do Programa. O período de matrículas estava previsto para acontecer de 03 de novembro de 2008 a 20 de fevereiro de 2009, mas tiveram que ser adiadas para os meses de fevereiro e março de 2009. Conforme relatório da Coordenação Geral do ProJovem no Município de Goiânia de 29 de junho de 2009, as matrículas no ProJovem Urbano aconteceram durante dois meses, sendo realizadas por telefone, através do sistema de telematrícula da Secretaria Municipal de Educação e também nos núcleos através dos apoios contratados para esse fim. Esses apoios ficaram responsáveis pela matrícula e pela divulgação nas adjacências de cada núcleo.

O ProJovem Urbano está sendo atendido atualmente em 10 (dez) núcleos, todos em escolas municipais - EM da Rede Municipal de Educação de Goiânia de Goiânia: E.M. Antônio Félix, E. M. Luiza de Souza Fiúza, E. M. Hebert José de Souza. E. M. Padre Pelágio. E. M. Dona Rosa Martins Perim, E. M. Bernardo Elis, E. M. Maria da Terra, E. M. São José, E. M. Laurício Rasmussem, E. M. Lions Clube Tocantins. Nessa primeira entrada do ProJovem Urbano foram feitas 2.079 matrículas que resultaram em 1.915 alunos matriculados. Conforme orientações do Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano – PPI, cada núcleo deve atender um mínimo 150 alunos e ter 5 (cinco) turmas, sendo cada uma composta, preferencialmente, por 40 (quarenta) alunos e podendo variar em até 20 (vinte) alunos.

No quadro abaixo, são apresentados os quantitativos de matrículas e a distribuição do número de alunos por núcleo, conforme os arcos de qualificação Profissional: Administração, Saúde, Telemática, Vestuário, no qual se observa que o número total de matrículas não conseguiu atingir a meta apresentada no Plano de Implementação que previa 2400 matrículas, conseqüentemente não formando 12 (doze) núcleos como também estava previsto neste Plano e sim 10 (dez), num total de 50 (cinquenta) turmas<sup>13</sup>. Ainda estão previstas mais três entradas do município no Programa até 2010, conforme informações da coordenação geral em Goiânia: agosto de 2009, meta prevista - 2.400 alunos; fevereiro e agosto de 2010, meta

---

<sup>13</sup> No Plano de Implementação do ProJovem Urbano do Município de Goiânia, nas planilhas referentes às turmas, núcleos e pólos a serem abertos na 1ª etapa de matrículas, os dados previstos constam: 2400 alunos, 12 núcleos e 60 turmas.

prevista – 1.400 em cada entrada. O orçamento previsto assim como o Plano de Implementação para o exercício de 2009 já estão concluídos, segundo relato do coordenador Geral, mas não foram apresentados, por ainda não terem sido aprovados nas instâncias competentes. A primeira entrada de 2009 teve início no mês de abril.

#### QUADRO 7 - Quantitativo de Alunos do ProJovem Urbano - 1ª entrada/ 2008

NÚCLEO	MATRICULADOS	ENTURMADOS	DISTRIBUIÇÃO POR ARCOS				
			ADMINISTRAÇÃO	SAÚDE	TELEMÁTICA	VESTUÁRIO	SUBTOTAL
E. M. ANTÔNIO FÉLIX	213	199	72	45	71	12	199
E. M. LUZIA DE SOUZA FIUZA	226	199	69	49	59	26	203
E. M. HEBERT JOSÉ DE SOUZA	217	196	61	34	97	18	210
E. M. PADRE PELÁGIO	188	188	74	34	64	13	185
E. M. DONA ROSA M. PERIM	185	185	57	54	50	8	169
E. M. BERNARDO ELIS	233	184	62	51	92	14	219
E. M. MARIA DA TERRA	196	191	66	37	56	27	186
E. M. SÃO JOSÉ	200	198	71	45	59	20	195
E. M. LAURICIO P. RASMUSSEM	211	178	69	53	69	13	204
E. M. LIONS CLUBE TOCANTINS	210	197	91	45	83	11	230
TOTAL	2.079	1.915	691	447	700	162	2.000

Fonte: Coordenação Geral do ProJovem Urbano no Município de Goiânia.

Todos os materiais didáticos utilizados no curso por alunos e professores são fornecidos pelo Governo Federal, via Coordenação Nacional do ProJovem Urbano.

A contratação dos profissionais<sup>14</sup>, educadores e merendeiras, para atuarem no Programa se deu através de Processo Seletivo em conformidade com a Resolução/CD/FNDE Nº 22 de 26 de maio de 2008, realizado no período de 18/01/09 a 28/01/2009, constituída por duas etapas: prova objetiva e entrevista,

<sup>14</sup> No edital publicado no Diário Oficial do Município de Goiânia em 09/06/2008, com seleção prevista para o período de 21/06/2008 à 25/06/2008, os profissionais contratados seriam educadores, coordenadores, apoios técnicos de nível superior e médio, merendeiras. Como essa seleção não aconteceu, foi publicado um novo edital em 05/01/2009 no qual foram abertas as inscrições para a seleção apenas de educadores e merendeiras.

ambas de caráter classificatório. A contratação dos educadores foi feita após o curso de formação inicial e as vagas foram preenchidas conforme o número de alunos matriculados. Os educadores selecionados receberam uma ajuda de custo de R\$ 720,00 durante um mês. A duração do contrato é de 20 (vinte) meses, podendo ser prorrogado ou antecipado, dependendo das necessidades do programa. (Goiânia, 2009). Os profissionais contratados cumprem uma carga horária semanal de 30 (trinta) horas e a remuneração varia de acordo com a função desempenhada, conforme apresentado no quadro abaixo.

**QUADRO 8 - Quadro Indicativo dos cargos oferecidos, qualificação profissional exigida, remuneração ProJovem Urbano**

CARGO	QUALIFICAÇÃO	REMUNERAÇÃO
Educadores de Áreas Específicas	Graduação em Licenciatura Plena*	R\$ 1.350,00
Educadores de Qualificação Profissional	Formação na área específica ou experiência comprovada	R\$ 1.350,00
Educadores de Participação Cidadã	Graduação em Serviço Social	R\$ 1.350,00
Merendeiras	Diploma de 1º fase do Ensino Fundamental	R\$ 1.350,00

Fonte: Edital de processo Seletivo Simplificado para profissionais do Projovem Urbano, publicado no Diário Oficial do Município de Goiânia em 05/01/2009.

\* As graduações exigidas são: Geografia, História, Inglês, Matemática e Biologia.

Além desses profissionais também foram contratados para o ProJovem Urbano: um coordenador pedagógico e um coordenador executivo, ambos cumprem uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e recebem remuneração de R\$ 2.500,00; dois apoios técnicos de nível superior e dois de nível médio, que também cumprem uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e recebem R\$ 2.000,00 e R\$ 1.000,00 de remuneração mensal. Não foi informado pela coordenação geral como foi feita a seleção desses profissionais, que no primeiro edital do processo de seletivo (de 09/06/2008) estavam relacionados para a contratação e no segundo (de 05/01/2009) não apareceram na relação de profissionais a serem contratados.

A formação inicial dos candidatos aprovados aconteceu no mês de março deste ano e contou em seu conteúdo programático com “A realidade da EJA no Brasil”, além dos relacionados à organização do ProJovem e Qualificação

Profissional. A formação continuada acontece aos sábados em reuniões quinzenais com duração de 6 (seis) horas.

De acordo com Relatório de 29 de junho de 2009 da Coordenação Geral, o ProJovem Urbano funciona atualmente em Goiânia com quantitativo de funcionários composto por 2 (dois) coordenadores, executivo e pedagógico, 2 (dois) apoios nível superior, 2 (dois) apoios nível médio, 70 (setenta) educadores, 10 (dez) merendeiras e serão contratados 8 (oito) monitores para os arcos ocupacionais. A qualificação profissional ainda não foi iniciada em razão da necessidade de ter a quantidade real de alunos freqüentes para o fechamento do convênio/parceria com a entidade formadora, conforme orientações do PPI.

Como ações pedagógicas, no sentido de evitar a desistência e evasão dos alunos, são realizadas ligações telefônicas a alunos infrequentes a mais de dois dias e organizadas visitas quando não é possível o contato por telefone. As aulas de informática não estão sendo oferecidas, pois apenas sete das dez escolas onde funciona o Programa tem laboratório de informática e por não ter em todas as escolas funcionário lotado para a função de auxiliar de laboratório de informática.

O questionamento a ser feito é se, além da demanda, também foram consideradas as condições de infra-estrutura das escolas escolhidas de forma a atender satisfatoriamente o programa e se a SME está dando a contrapartida necessária que é de sua responsabilidade na parceria firmada entre o município e a coordenação geral do ProJovem Urbano de modo a não prejudicar a formação dos alunos.

### **3.3. Financiamento do ProJovem em Goiânia**

Apresentar as informações sobre o financiamento do ProJovem em Goiânia não foi um caminho fácil de trilhar. A falta de disponibilidade das instâncias responsáveis em publicizar as informações é algo questionável, uma vez que se trata de um Programa proveniente de financiamento público e contraria a Resolução

nº 22 do FNDE<sup>15</sup> em seu artigo 4, inciso III, letra “u”, que explicita as responsabilidades dos entes federados que aderiram ao ProJovem Urbano:

permitir, sempre que necessário, acesso às instalações onde funcionem turmas, núcleos, pólos e coordenação local do ProJovem Urbano, bem como aos documentos relativos à implementação das ações e à execução física e financeira do Programa, prestando todo e qualquer esclarecimento solicitado, além de assegurar às instituições que compõem o Sistema de Monitoramento e Avaliação do ProJovem Urbano a aplicação das rotinas de supervisão.

Apesar de, desde o primeiro contato, o coordenador geral de o Programa ter se mostrado verbalmente disponível para qualquer informação, consegui-las só foi possível após vários agendamentos, contatos por telefone e e-mail, e visitas à sede do ProJovem.

Na primeira visita, após alguns contatos, a informação obtida foi de que a coordenação não poderia passar nenhum tipo de dado sobre o financiamento, pois a verba não é repassada diretamente ao Projovem e sim às Secretarias responsáveis pela coordenação do programa no município. Em uma segunda visita, um representante da coordenação (sede) reafirmou a informação dada na primeira visita, no entanto, forneceu-me o documento “Orientações Gerais para a elaboração do Plano de Implementação do ProJovem Urbano”.

A terceira visita só aconteceu após várias tentativas de agendamento de entrevista com o coordenador geral uma vez que as outras pessoas da coordenação não haviam passado informações mais detalhadas. Essa visita foi um diálogo muito rápido, pois estava acontecendo uma inspeção da coordenação nacional ao Programa, mas que rendeu alguns frutos. Nessa visita fui informada que o gerenciamento das verbas destinadas ao Projovem Original era de responsabilidade da Sedem e do ProJovem Urbano da SME. Na ocasião tive oportunidade de conversar com uma educadora a qual me forneceu informações esclarecedoras sobre o atendimento atual do Projovem Urbano.

---

<sup>15</sup> Para maiores detalhes sobre as responsabilidades do agente no ProJovem Urbano consultar a Resolução/CD/FNDE Nº 22, de 26 de maio de 2008 a qual estabelece os critérios e as normas para os recursos financeiros a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios para o desenvolvimento de ações do ProJovem Urbano, disponível em [www.fnde.gov.br](http://www.fnde.gov.br).



De posse dessas informações, fui atrás de dados junto a SME. A responsável pela prestação de contas do programa dessa secretaria explicou-me que apenas uma parte da verba era repassada a Sedem, o restante sempre foi de responsabilidade da SME, (não informou para quais ações) também deixou claro que só poderia disponibilizar informações para esse estudo no segundo semestre de 2009, antes disso não adiantaria fazer nenhuma tentativa. Junto a Sedem nada foi conseguido, uma vez que as pessoas responsáveis pelo atendimento geral não souberam informar em que divisão dessa secretaria poderiam ser disponibilizados dados sobre o ProJovem Original.

Assim, retornei mais uma vez (quarta visita) à sede do ProJovem e consegui uma agendamento com o representante da coordenação municipal que me atendeu para o dia seguinte, o que não se concretizou pois este não compareceu ao trabalho e conseqüentemente não foi possível um diálogo. Retornei dois dias depois e mais uma vez consegui apenas um agendamento com o coordenador pedagógico. Somente em 02 de julho de 2009 consegui um momento com o coordenador geral o qual disponibilizou diversos documentos referentes ao ProJovem Original e ProJovem Urbano que foram utilizados para a conclusão parcial deste estudo. Nessa visita também ficou esclarecido que a Sedem recebia apenas o repasse de verba referente à qualificação Profissional do ProJovem Original e a SME recebia os repasses destinados à formação inicial e pagamentos de profissionais neste período. A partir da implementação do ProJovem Urbano todo o repasse de verbas vai direto para a SME.

Conforme Resolução/CD/FNDE de 26 de maio de 2008, a transferência dos recursos financeiros do Programa Nacional de Inclusão de Jovens, na modalidade Projovem Urbano, são destinados à promoção de ações de elevação de escolaridade, qualificação profissional e participação cidadã dos jovens beneficiários. No município de Goiânia a transferência (primeiro repasse) ocorreu após a assinatura do termo de adesão e foram calculados com base na previsão de gastos exposta no Plano de Implementação para o exercício de 2008, apresentado pela Prefeitura de Goiânia/Coordenação Geral do ProJovem Urbano no Município de Goiânia à Coordenação Nacional, conforme Anexo I deste estudo, seguindo os parâmetros estabelecidos no Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano – PPI. O repasse consiste na transferência automática de recursos financeiros.

No ProJovem Urbano de Goiânia essas transferências, referentes ao exercício de 2008, foram calculadas com base nas ações: pagamento de professores de ensino fundamental, qualificação profissional e participação cidadã; custeio da formação inicial e continuada de professores de ensino fundamental, qualificação profissional, participação cidadã e coordenadores locais; pagamento dos coordenadores locais e do pessoal de apoio técnico administrativo para a coordenação local, auxílio financeiro para os professores de Ensino Fundamental, qualificação profissional, participação cidadã e os coordenadores locais durante a etapa de formação inicial no valor máximo de 80% da remuneração prevista para essas funções; aquisição de parte dos gêneros alimentícios destinados para o fornecimento de lanche aos alunos do ProJovem urbano; locação de espaços e equipamentos, aquisição de material de consumo, pagamento de monitores para as atividades práticas de qualificação profissional; pagamento de pessoal de apoio para auxiliar na etapa de matrícula.

Conforme a Resolução nº 22/FNDE, os recursos transferidos ao ProJovem Urbano de Goiânia, inicialmente, serão repassados em três parcelas, calculadas com base na fórmula descrita no Anexo IV da referida Resolução<sup>16</sup>, sendo que na 1ª parcela são considerados o número de alunos previstos na primeira etapa de matrículas, a 2ª e 3ª parcelas são efetuadas conforme o número de alunos efetivamente matriculados e no número de alunos que efetivamente realizaram as avaliações externas previstas após cada ciclo de formação. Os valores recebidos pela Prefeitura de Goiânia para a realização de ações do Programa são apresentados na tabela 8.

**TABELA 8 - Liberação de Recursos - ProJovem Urbano de Goiânia - 2008-2009**

<b>Data</b>	<b>Destinação</b>	<b>Valores Repassados</b>
02/Jul/2008	Formação de Profissionais ProJovem Urbano	R\$ 47.520,00
02/jul/2008	ProJovem Urbano – Transferência Direta	R\$ 1.069.200,00
11/fev/2009	Formação de Profissionais ProJovem Urbano	R\$ 66.528,00

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

<sup>16</sup> No capítulo 2 desse estudo essas fórmulas foram apresentadas, bem como os critérios referentes à quantidade de parcelas.

Conforme a previsão de gastos apresentados pela coordenação geral do Projovem Urbano no Plano de Implementação o total previsto a ser recebido, caso a meta prevista fosse mantida, o que pelo número de matrículas percebe-se que não aconteceu, seria de R\$ 7.128.00,00, tomando como referência a meta de 2.400 (dois mil e quatrocentos) alunos, o valor *per capita* de R\$ 165,00 e os 18 (dezoito) meses de referência de duração do curso. O valor referente a primeira parcela, tomando como base o número de alunos previstos, seria de R\$ 2.680.128,00, incluindo os recursos para pagamento de pessoal, aquisição de gêneros alimentícios e de formação continuada para 6 (seis) meses de curso, pagamento de formação inicial (valor integral) e pagamento de auxílio financeiro para a etapa de formação inicial (valor integral). Essa primeira parcela é destinada às seguintes ações: R\$ 2.566.080,00 para a ação de elevação da escolaridade e qualificação Profissional e R\$ 114.048,00 para a formação dos profissionais, em conformidade com os valores até então repassados pelo FNDE, apresentados na tabela 8.

Na tabela 9 é apresentado o resumo geral da previsão de gastos para o exercício de 2008 do Projovem Urbano de Goiânia dentro das ações previstas, de acordo com os percentuais permitidos e com o percentual utilizado, valores máximos permitidos e valor utilizado.

**TABELA 9 - Resumo Geral da previsão de gastos para o exercício de 2008 para as ações do Projovem Urbano de Goiânia**

<b>Ação</b>	<b>Valor máximo permitido para a Ação</b>	<b>% utilizado</b>	<b>Valor da Ação</b>
Pagamento de professores, coordenadores locais e pessoal de apoio técnico administrativo para a coordenação local. (75,5%)*	R\$ 5.381.640,00	61,7%	R\$ 4.396.200,00
Custeio da formação inicial e continuada de professores, coordenadores locais 3%)	R\$ 213.840,00	2,0%	R\$ 143.600,00
Pagamento de ajuda de custo para a etapa de formação inicial dos professores, coordenadores locais (3,5%)	R\$ 249.480,00	1,0%	R\$ 72.000,00
Aquisição de gêneros alimentícios destinados para o fornecimento de lanche (8%)	R\$ 570.240,00	8,0%	R\$ 570.000,00

<b>Ação</b>	<b>Valor máximo permitido para a Ação</b>	<b>% utilizado</b>	<b>Valor da Ação</b>
Locação de espaços e equipamentos, aquisição de material de consumo, pagamento de monitores para as atividades práticas de qualificação profissional (8%)	R\$ 570.240,00	5,6%	R\$ 397.200,00
Pagamento de pessoal de apoio para auxiliar na etapa de matrícula (2%)	R\$ 142.560,00	0,7%	R\$ 49.800,00
<b>TOTAL (100%)</b>	<b>R\$ 7.128.000,00</b>	<b>78,97%</b>	<b>R\$ 5.629.040,00</b>

Fonte: Plano de Implementação para o exercício de 2008 do Projovem Urbano de Goiânia.

% máximo permitido

Os recursos não utilizados nessas ações, foram disponibilizados para as ações descritas no § 5º do Artigo 2º da Resolução nº 22/FNDE, uma vez que o município de Goiânia não atingiu os percentuais máximos previstos, conforme tabela 10.( Brasil.Resolução nº 22/FNDE, Artigo 3º)

**TABELA 10 - Demais ações previstas para o Projovem Urbano de Goiânia**

<b>Ação</b>	<b>% máximo permitido</b>	<b>Valor máximo permitido para a Ação</b>	<b>% utilizado</b>	<b>Valor da Ação</b>
Pagamento de profissionais para a preparação do lanche previsto no Projovem Urbano	10%	R\$ 712.800,00	2,58%	R\$ 183.600,00
Aquisição de material escolar exclusivamente para os alunos matriculados e freqüentes, no âmbito do programa	2%	R\$ 142.560,00	1,89%	R\$ 134.400,00
Aquisição de material para os professores que atuam no Projovem Urbano, para utilização no curso previsto	2%	R\$ 142.560,00	1,57%	R\$ 111.800,00
<b>Total Geral Previsto</b>		<b>R\$ 7.128.000,00</b>	<b>85,00%</b>	<b>R\$ 6.058.840,00</b>

Fonte: Plano de Implementação para o exercício de 2008 do Projovem Urbano de Goiânia.

Como não foram disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Educação de Goiânia informações quanto à prestação de contas do Projovem Urbano, não é possível confrontar esses dados com os dados reais de utilização da verba para o exercício de 2008, pois estes são uma previsão baseada na meta inicial de 2400 (dois mil e quatrocentos) alunos, de acordo com o Plano de Implementação do Projovem Urbano de Goiânia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final desse estudo as indagações e dúvidas ainda são muitas e as conclusões apenas provisórias.

O ProJovem está em funcionamento em Goiânia desde 2006 e poucas são as informações disponíveis sobre os custos do programa, o que gera à primeira vista dúvidas quanto às condições de viabilidade financeira deste programa no sentido de uma proposta de educação integrada da Educação de Jovens e Adultos com Educação Profissional.

Não foram disponibilizadas, pelas instâncias responsáveis, nenhum dado referente aos custos do Programa ProJovem Original, não sendo possível verificar e analisar nesse estudo os valores disponibilizados em cada ação, a aplicação total da verba, e se o repasse foi satisfatório para o Programa atingir seus objetivos durante no período em que esteve em funcionamento em Goiânia. Os dados acessados nessa pesquisa referem-se somente ao ProJovem Urbano.

Após a finalização desse estudo fica evidente que não há por parte da coordenação geral do ProJovem Urbano de Goiânia o monitoramento dos custos e nem a participação desta no gerenciamento da verba. Esse gerenciamento está a cargo da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia a qual recebe em conta específica o recurso repassado pelo FNDE, libera os recursos conforme Plano de Implementação, e apresenta a prestação de contas à Coordenação Nacional.

O Plano de Implementação é o instrumento de planejamento, definição e controle dos gastos, no entanto ele é elaborado tomando-se por base a meta prevista de alunos e não as matrículas efetivadas, a correção dos custos acontece após a confirmação do número de alunos matriculados. Uma limitação desse estudo é não ser possível apresentar os valores reais dos custos do ProJovem Urbano de Goiânia pela falta de acessibilidade e publicização das informações por parte da SME.

Ainda assim, pode-se afirmar que o ProJovem Urbano de Goiânia apresenta condições financeiras para viabilizar a oferta de uma Educação de Jovens e Adultos com Educação Profissional. O que pode ser comprovado analisando o valor do primeiro repasse, calculado com base nas ações: pagamento de professores,

diretores, coordenadores e pessoal de apoio; custeio da formação inicial e continuada; auxílio financeiro para professores, coordenadores e diretores durante a etapa de formação inicial; aquisição de gêneros alimentícios para o lanche/refeição dos alunos; locação de espaços e equipamentos, materiais de consumo e pagamento de monitores; pagamento de pessoal de apoio. O recurso repassado foi suficiente para todas essas ações e ainda foi possível custear as ações permitidas com a resultante disponibilidade financeira em conformidade com os percentuais permitidos, que também não foram atingidos na aplicação do recurso assim como nas ações relacionadas acima. (Brasil. FNDE. Resolução nº 22, 2008)

Diante dos dados financeiros levantados nessa pesquisa, percebe-se que os recursos repassados ao ProJovem Urbano de Goiânia oferecem condições para que os cursos ofertem um Ensino Fundamental e formação profissional inicial de qualidade a seus alunos, propiciando-lhes uma inserção qualificada no mercado profissional para o qual se formam, e atenta às transformações atuais que vem ocorrendo no mundo do trabalho. (Antunes, 1998)

Mesmo com as condições financeiras favoráveis, até a finalização da pesquisa (julho), os alunos ainda não estavam tendo aulas de informática e a qualificação profissional ainda não havia iniciado, devido a problemas estruturais e o fechamento final do número de matrículas na primeira entrada, segundo coordenação local. Outro fator que não tem contribuído para a efetividade do ProJovem Urbano em Goiânia é a alta taxa de evasão e desistência dos alunos apresentada desde a implementação do Programa. Para o exercício analisado (2008-2009) estão sendo desenvolvidas ações as quais tem como objetivo reverter esse quadro.

Essa situação nos faz questionar se o Programa tem conseguido efetivamente ofertar uma educação integrada de EJA e EP. Para responder a essa questão seria necessário estudar com mais profundidade o currículo dos cursos, o que não foi o foco desse estudo. O que se espera é que o ProJovem, se ainda não conseguiu, venha a atingir esse objetivo, uma vez que o programa, até o momento, é a única iniciativa do governo municipal em funcionamento que tem como propósito ofertar a EJA com formação profissional.

Encontra-se em fase de implementação, sob a responsabilidade da SME em convênio com o IFET-GO o Proeja FIC – Curso de Formação Inicial e Continuada

em Alimentação integrado ao Ensino Fundamental na modalidade de EJA. Em termos financeiros o curso é uma possibilidade real de viabilidade da EJA com EP em nosso município, haja vista que o Proeja disponibiliza um grande montante de recursos para a implementação do Programa nos municípios que fazem a adesão, e a proposta curricular tem como objetivo “a formação integral do educando, assegurando a formação profissional e a escolarização básica” (Goiânia. SME. Projeto Pedagógico do Curso PROEJA FIC, p, 1, 2009). A gestão financeira dos recursos será conduzida pelo IFET-GO bem como a formação profissional. A SME assumirá a parte pedagógica referente ao Ensino Fundamental que será ministrado pelos professores da RME, preferencialmente aqueles que participaram dessa especialização - Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

O que se espera é que tanto o Proeja FIC quanto o ProJovem cumpram com seus propósitos de educação integrada de EJA com EP ofertando escolarização e qualificação profissional que atenda às demandas de trabalho e sobrevivência dos jovens e adultos trabalhadores do município de Goiânia, uma vez que as condições financeiras são favoráveis.



## REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Eliane Ribeiro. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In. OLIVEIRA, Inês B.; PAIVA, Jane. (orgs.) *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p.43-54.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho*. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 1998.

ARROYO, Miguel. As relações sociais na escola e a formação do trabalhador. In: FERRETI, João Celso et al. *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1995.

BRASIL. MEC. *Programa de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Documento Base*. 2005.

\_\_\_\_\_. MTE. *Plano Nacional de Qualificação/PNQ – Termo de referência*. 28 de abril de 2008.

\_\_\_\_\_. MTE. CODEFAT. *Resolução nº 575, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes e critérios para transferências de recursos do FAT, aos estados, municípios, organizações governamentais, não governamentais ou intergovernamentais, com vistas à execução do PNQ*. 2008.

\_\_\_\_\_. FNDE. *Liberações e consultas gerais*. Disponível em <http://www.fnde.gov.br> Acesso em 12/02/2009 e 25/06/2009.

\_\_\_\_\_. FNDE. *Resolução/CD/FNDE nº 22 de 22 de maio de 2008. Estabelece os critérios e normas de transferência automática de recursos financeiros a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios para o desenvolvimento de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano*. 2008.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. *Decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008. Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem.* Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Decreto/D6629.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Decreto/D6629.htm) Acesso em 2/12/2008.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.* Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm) Acesso em 03/04/2008.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação.* Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm) Acesso em 13/03/2009.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. *Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem.* Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11692.htm) Acesso em 2/12/2008.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria-Geral da presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. *Projeto do Programa ProJovem.* 2006.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. *Projeto Pedagógico Integrado – PPI ProJovem Urbano.* Brasília. 2008.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. *Orientações Gerais para a elaboração do Plano de Implementação do ProJovem Urbano.* Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Senado Federal. *Proposta De Emenda À Constituição Nº 24, de 2005*. Disponível em <http://www.senado.gov.br/web/senador/paulopaim> Acesso em 13/02/2009 e 01/07/2009.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In. \_\_\_\_\_; FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise (orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-106.

DI PIERRO, Maria Clara. *O Financiamento público na Educação Básica de Jovens e Adultos no Brasil no período de 1985/199*. 2000. Disponível em <http://www.anped.com.br/gt18> Acesso em 15/04/2008.

DI PIERRO, Maria Clara. *O Financiamento público na Educação Básica de Jovens e Adultos*. Trabalho apresentado à Sessão Especial da 25ª Reunião Anual da Anped, Caxambu, MG: 30 DE SETEMBRO DE 2002. Disponível em <http://www.anped.com.br/gt18> Acesso em 15/04/2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A Política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido. In: *Educação e Sociedade*, volume 26, nº 92. p. 1087-1113. Campinas. Outubro de 2005a. Disponível em <http://www.scielo.br> Acesso em 05/03/2009.

\_\_\_\_\_, Gaudêncio. Concepções e mudanças no trabalho e o ensino médio. In. ClAVATTA, Maria, FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise (orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005b.

GOIÂNIA. SME. Coordenação Geral do ProJovem no município de Goiânia. Edital de Seleção Pública Simplificada para Profissionais do ProJovem Urbano. 2009.

\_\_\_\_\_. SME. Coordenação Geral do ProJovem no município de Goiânia. Edital de Seleção Pública Simplificada para Profissionais do ProJovem Urbano. 2009. (Complementação)

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Goiânia. Coordenação Geral do ProJovem no município de Goiânia. *Plano de Implementação do ProJovem Urbano – Exercício 2008*. 2008. 2008

\_\_\_\_\_. SME. Projeto Pedagógico do curso PROEJA FIC. 2009.

\_\_\_\_\_. SME. Coordenação Geral do ProJovem no município de Goiânia. *Relatório de 29 de junho de 2009*.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. In. *Revista Brasileira de Educação*. Maio/junho/julho/agosto/2000 nº 14. p. 108-130. Disponível em [http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14\\_08\\_SERGIO\\_HADDAD\\_E\\_MARIA\\_CLARA\\_DI\\_PIERRO.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_08_SERGIO_HADDAD_E_MARIA_CLARA_DI_PIERRO.pdf) Acesso em 26/02/2009.

HADDAD, Sérgio. A ação dos governos locais na Educação de Jovens e Adultos. In. *Revista Brasileira de Educação*. Maio/agosto de 2007.v.12, nº 35. p. 197-211. Disponível em <http://www.anped.org.br> Acesso em 10/04/2009.

IRELAND, Timothy. Escolarização de trabalhadores: aprendendo as ferramentas básicas para a luta cotidiana. In. OLIVEIRA, Inês B.; PAIVA, Jane. (orgs.) *Educação de Jovens e Adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 140-148.

KUENZER, Acácia Zeneida. A educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. In. *Revista Educação e Sociedade*, Out 2006, vol.27, nº.96. p. 877-910. Disponível em <http://www.scielo.br> Acesso em 10/04/2008.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 51-121.

MACHADO, Maria Margarida. *A atualidade do pensamento de Paulo Freire e as políticas de Educação de Jovens e Adultos*. Conferência de abertura do IX Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – IX ENEJA, Pinhão/Faxinal do Céu/Paraná, setembro de 2007. Disponível em <http://www.reveja.com.br> Acesso em

MANFREDI, Silvia. *Educação Profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002.

MÉSZAROS, István. *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

NASCIMENTO, Alexandre; SILVA, Andréia F.; ALGEBAILLE, Maria Emília Bertino. Estado, mercado e trabalho: neoliberalismo e políticas sociais. In. NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.) *O empresariado da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 90*. São Paulo: Xamã, 2002. p.85-104.

OLIVEIRA, Marta Khol. *Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. Educação como exercício de diversidade*. Brasília: Unesco/MEC. (Coleção Educação para todos; 6)

PARO, Vitor. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola. In: FERRETI, João Celso; SALES, Maria Rita N.; SILVA JUNIOR, João dos Reis. *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?* São Paulo: Xamã, 1995.

PINTO, José M.R. Financiamento da Educação no Brasil: um balanço do governo FHC (1995-2002) In. *Educação e Sociedade*, volume 23, nº 80. p. 108-135. Campinas. Setembro de 2002. Disponível em <http://www.scielo.br> Acesso em 01/09/2008.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In. CIAVATTA, Maria, FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise (orgs.). *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. p. 106-127.

RUMMERT, Sônia Maria. Programa Integração: avanços e contradições de uma proposta de educação formulada pelos trabalhadores. In.: *Revista Brasileira de Educação*. Set/out/nov/dez, 2004, nº 27. p. 138-153.

SOUZA, D.B.; RAMOS, M.; DELUIZ, N. Cobertura municipal da educação profissional via regime de colaboração: uma prática possível? In: *Ensaio: Avaliação e políticas públicas em Educação*. Volume 15, nº 54. Rio de Janeiro: jan./mar. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso 21/01/2009.

UNESCO. *V Conferência Internacional de Educação de Adultos – Declaração Final e Agenda para o futuro*. Hamburgo, 1997.

VENTURA, Jaqueline Pereira. *O PLANFOR e a Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores: A Subalternidade Reiterada*. 2008. Disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/jaquelinepereiraventurat18.rtf>  
Acesso em 03/04/2009.